

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O TEMA "POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC
(PNAB): PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA", REALIZADA NA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e cinquenta e seis minutos, no Plenário deputado Júlio Maia, sob a presidência da deputada Gleice Jane, proponente e vice-presidente da FComissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto, em parceria com o Fórum Estadual de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul e o Escritório Regional do Ministério da Cultura, foi aberta a Audiência Pública com o tema: "Política Nacional Aldir Blanc (PNAB): Participação da Sociedade Civil Organizada".

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Autoridades, parlamentares, profissionais da área da cultura, representantes de entidades de classe e de organizações não governamentais, senhoras e senhores, boa tarde! Sejam bem-vindos ao Parlamento sul-mato-grossense! Boa tarde a todos que nos acompanham pelas nossas plataformas digitais. Este evento está sendo transmitido ao vivo pela TV Alems, no canal 7,2 (da TV aberta), pela Rádio Alems, conectada com a Rádio Senado na frequência 105,5, e pelas nossas plataformas digitais. Informamos que temos wi-fi disponível. Para acessá-lo, localize em seu dispositivo a rede Alems e navegue com total segurança. Os registros fotográficos oficiais estarão disponíveis na galeria do site da Alems. As notas taquigráficas deste evento também serão disponibilizadas no site da Alems, dentro do prazo regimental. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Gleice Jane, em parceria com o Fórum Estadual de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul e o Escritório Regional do Ministério da Cultura, recebe todos para esta audiência pública. O evento tem por finalidade promover um debate público acerca da implementação da Política Nacional Aldir Blanc, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase na participação necessária e garantida da sociedade civil organizada no processo de construção do Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR). A audiência pretende ainda fortalecer o diálogo institucional entre o poder público e as organizações culturais, promovendo a construção coletiva de políticas culturais mais inclusivas, eficazes e legitimadas. Convidamos para compor a mesa de abertura dos trabalhos desta audiência pública: a proponente, a deputada Gleice Jane, vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto; a senhora Caroline Garcia, coordenadora do Escritório do Ministério da Cultura em Mato Grosso do Sul; a senhora Ângela Montalvão, coordenadora do Fórum Estadual de Cultura/MS (Fesc); a senhora Aurora Cecília Martim da Silva, conselheira estadual de Cultura em Mato Grosso do Sul; o senhor Israel Aparecido da Silva Junior Zayed, vice-presidente do Conselho de Cultura e conselheiro estadual de Artes Visuais. Senhoras e senhores, convidamos todos para cantarmos o Hino do Estado de Mato Grosso do Sul, letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes e música de Radamés Gnattali.

[Execução do hino]... Agora, convidamos novamente o Plenário para prestigiar o Grupo Charanga. [Apresentação musical]... Agradecemos ao Charanga, que tocou e alegrou lindamente a nossa tarde. Registrarmos a presença da professora de música Cinara Ribeiro, que, neste ato, representa a reitora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), professora doutora Elaine Caciano; da senhora Bartolina Ramalho Catanante, presidente do Grupo Trabalho de Estudos Zumbi (Grupo Tez); do vereador Franklin Schmalz (PT), presidente da Comissão de Cultura de Dourados; da professora doutora Rosana Valentim, diretora de Cultura e Arte, que representa a reitora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), professora Camila Ítavo; do senhor Anderson Lima, que, neste ato, representa o Comitê de Cultura de Mato Grosso do Sul; da Márcia Longo Dutra e da Adriana Alberti, que, neste ato, representam o Mulherio das Letras e o Mulherio das Onças/MS; do Fernando Ribeiro e do Franklin, que, neste ato, representam o Sotraiooga; do Diego Fernandes da Silva Manciba, presidente da Associação Reggae de Mato Grosso do Sul; da Patrícia Rodrigues da Silva, coordenadora do Colegiado Estadual de Música; do Anderson Alvarenga, presidente da Associação Cultural dos Violeiros do Estado de Mato Grosso do Sul. Agora, para a abertura oficial e para presidir os trabalhos desta audiência pública, convidamos a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) —

Boa tarde! Quero cumprimentar as pessoas da Mesa: Caroline Garcia, coordenadora do Escritório do Ministério da Cultura em Mato Grosso do Sul; a Ângela Montalvão, coordenadora do Fórum Estadual de Cultura/MS (Fesc), que está aqui construindo esta audiência pública em parceria conosco; a Aurora Cecília Martim da Silva, conselheira Estadual de Cultura em Mato Grosso do Sul; e o senhor Israel Aparecido da Silva Junior Zayed, vice-presidente do Conselho de Cultura e conselheiro Estadual de Culturas pelas Artes Visuais. Quero cumprimentar de modo especial todas as pessoas — e vou dizer "todas" para não correr o risco de deixar alguém de fora — que daqui vejo carinhosamente, pessoas que conheço e que acompanham esta luta há muitos anos. Obrigada a todos por estarem aqui. Que tenhamos uma tarde maravilhosa. Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, declaro aberta esta audiência pública, uma iniciativa conjunta do meu gabinete e do Fórum Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul, com a participação da sociedade civil organizada. É com grande satisfação que iniciamos esta audiência. Estamos aqui para cumprir um papel essencial: realizar uma consulta pública que nos ajudará a definir o Plano Anual de Aplicação de Recursos, instrumento fundamental da PNAB para o fomento à cultura. Mais do que um procedimento formal, este é um momento de exercício democrático, uma oportunidade de ouvir, de dialogar e de construir um planejamento que reflete as necessidades reais dos agentes culturais e da sociedade. O papel dos parlamentares estaduais é estar vigilante, garantindo que a política seja efetivamente implementada, acompanhando a atuação do Estado e dos municípios, fiscalizando o uso dos recursos e, sobretudo, assegurando que cada decisão seja tomada com base na escuta e na participação popular. A PNAB é mais que uma política pública, é

a afirmação de que a cultura não é um acessório, mas um alicerce. Ela preserva a identidade de um povo, fortalece a democracia e promove a inclusão social. A cultura é memória, pertencimento e desenvolvimento, é o que garante que diferentes vozes, saberes e tradições tenham espaços para existir, se fortalecer e dialogar com toda a sociedade. Em Mato Grosso do Sul, a cultura é um patrimônio vivo. Somos frutos de uma multiplicidade de identidades: povos indígenas, comunidades quilombolas, descendentes de imigrantes, além de expressões afro-brasileiras e fronteiriças. Essa diversidade se traduz em rituais, festas, danças, culinária, artesanato, música e modos de vida que fazem parte de quem somos. Valorizá-la é preservar nossa história e afirmar nosso futuro. A PNAB, uma política do Governo Federal, garante recursos contínuos e descentralizados para que estados e municípios invistam em projetos culturais, com atenção especial a quem historicamente foi invisibilizado. Se bem aplicada, esta política pode impulsionar a economia criativa, fortalecer identidades e afirmar a cultura como um direito de todos. É importante lembrar que a cultura também é economia. O setor representa cerca de 3% do PIB brasileiro e gera milhões de empregos. Sem investimentos, perdemos postos de trabalho, enfraquecemos a economia e desperdiçamos potencial de desenvolvimento. No campo político, negligenciar a cultura enfraquece a democracia. A produção cultural é um espaço de crítica, pluralidade e debate. Sem recursos, diminuímos a participação de grupos historicamente marginalizados na construção da narrativa do nosso país. Do ponto de vista social, a ausência de políticas culturais aprofunda desigualdades. A cultura é uma ferramenta de integração, prevenção da violência e criação de oportunidades, especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade. Por isso, investir em arte e cultura não é um gasto, é um compromisso com um Brasil e um Mato Grosso do Sul mais justos, plurais e democráticos. É plantar sementes que geram não apenas beleza e conhecimento, mas também inclusão, desenvolvimento e equidade. Que esta audiência seja um espaço vivo de diálogo, construção e compromisso. Que daqui saímos com diretrizes claras para que a PNAB cumpra seu papel transformador. Muito obrigada. Quero informar agora a dinâmica dos trabalhos. Neste primeiro momento, teremos a participação especial, em ambiente virtual, do senhor Fábio Ryan Costa, o Binho, coordenador-geral da Diretoria Técnica para Estados e Municípios da Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura do Ministério da Cultura do Governo Federal. Na sequência, abriremos a palavra aos componentes da Mesa para uma breve saudação. Depois, abriremos a palavra para os representantes de diferentes setores culturais e artísticos do estado. Cada integrante do Plenário Especial fará uma fala de três minutos, e as pessoas que estão aqui na plateia vão escrever suas propostas no papel e apresentá-las. Depois, tudo isso fará parte de um documento final. Este será nosso roteiro de trabalho. Quero saber se o Fábio está presente... Fábio, obrigada pela sua participação de modo virtual. Seja bem-vindo! A palavra está com você... O microfone está com problema. Então, enquanto ele resolve com o pessoal técnico, abrimos a palavra para as pessoas da Mesa. Começaremos pelo senhor Israel Aparecido.

SENHOR ISRAEL APARECIDO DA SILVA JUNIOR ZAYED —

(representante do Colegiado Estadual de Artes Visuais) — Boa tarde! Quero cumprimentar de modo especial aqueles que têm alguma mobilidade reduzida ou baixa audição. Eu estou ao lado esquerdo da Mesa. Vou me apresentar. Eu sou o Israel Zayed, sou um homem tido como branco, tenho um metro e sessenta de altura, estou vestindo uma camiseta branca, um colete cinza e estou com um pingente do Handala, que é um desenho, uma arte visual de um artista palestino. Quero saudar a Mesa e, em especial, a deputada Gleice Jane e a Ângela, do nosso Fórum Estadual de Cultura. Agradeço às autoridades, aos trabalhadores da cultura, aos pesquisadores, aos mestres e mestras do saber, aos artesãos, às artesãs, enfim, aos fruidores da arte e da cultura. Obrigado por terem vindo e por estarem neste momento fundamental para a construção e participação da sociedade civil na execução da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura. A participação social, além de fundamental, é legal. E está prevista em nosso regimento, nas nossas legislações estadual e municipais. Sobretudo, temos dois grandes marcos para a audiência de hoje. O primeiro é a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, Lei Federal nº 14.399. Esta lei é um divisor de águas e proporciona que cada trabalhador, em cada território brasileiro, tenha suas práticas reconhecidas e possa movimentar a economia, a cultura, a educação, a pesquisa e a fruição em nosso país. O segundo momento importante, que foi construído com muita mobilização social, assim como todos os trabalhos e as ações da cultura, é o Marco Regulatório da Cultura, Lei nº 14.835, aprovado no ano passado. Este é um marco recente de uma luta histórica para todos os trabalhadores, e ele é fundamental porque garante, entre todos os entes públicos, a participação paritária e democrática da sociedade civil, que somos nós. Nesse sentido, a audiência pública de hoje cumpre o que o regramento exige para a construção do PAAR, que é o Plano Anual de Aplicação de Recursos. Quero também agradecer à Carol, que está aqui à Mesa, representante do escritório do Minc em Mato Grosso do Sul. Ela é nossa parceira. Embora ela represente o Ministério da Cultura, também faz parte da sociedade civil. A Aurora e eu viemos do interior de Mato Grosso do Sul. Nossas demandas são, muitas vezes, diferentes das da capital; mas não são nem mais nem menos importantes, elas são urgentes e precisam ser construídas em conjunto. A legislação requer que o diálogo e a colaboração sejam exercidos entre todos os entes, ou seja: pelo poder público e pela sociedade civil. As demandas dos setores aqui presentes precisam ser direcionadas a vocês, passar pela população como um todo e pelo Conselho Estadual de Políticas Culturais. Sem isso, não há uma construção democrática e inclusiva das políticas culturais. É por isso que essa luta precisa ser construída; e o processo, transparente. Não estamos conseguindo construir da maneira que desejamos. Sabemos que Mato Grosso do Sul é um dos estados com a sociedade civil mais organizada, inclusive historicamente. Nesse sentido, a baixa adesão às escutas públicas, que ocorreram em nove encontros pelos setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul, motivou a realização desta audiência pública. Cerca de 1% dos habitantes do estado participaram das escutas públicas. Para construirmos uma política cultural que seja integrada, que represente cada

segmento e os sonhos das pessoas, precisamos ampliar essa escuta, para que possamos realizar um planejamento democrático, inclusivo e satisfatório para os setenta e nove municípios e, mais, para todos os trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Para encerrar, gostaria de dizer que este é o momento de escutar cada um de vocês. Os nossos representantes que receberam votos, assim como eu, minha querida amiga Aurora e a conselheira estadual Lucimar, que também está aqui presente, precisam ter suas vozes reconhecidas. Não há cultura sem construção social. Não há cultura sem mobilização social. Não há cultura sem arte, educação e vontade política. Nós estamos aqui hoje, porque sabemos do papel histórico da cultura na transformação social, na garantia de direitos e na emancipação de um povo. Vamos construir juntos a cultura! Isso precisa ser feito hoje, agora, urgentemente! Boa tarde! Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Obrigada, Israel. Passo a palavra à Aurora Cecília Martim da Silva.

SENHORA AURORA CECILIA MARTIM DA SILVA (conselheira estadual de Cultura de MS) — Boa tarde, pessoal! Tudo bem? Sou a Aurora. Não preciso me apresentar, não é? Eu falo com vocês todo dia no grupo do festival. Quero saudar também o Walter, nosso conselheiro, que está lá brigando com a gente toda sexta-feira. É uma sexta-feira vermelha. Para mim, é um prazer enorme estar aqui, em muitos níveis. Eu não vou me aprofundar muito, porque eu choro. O pessoal do conselho sabe que eu choro mesmo. Nós conseguimos algo que era inimaginável: uma pessoa como eu estar aqui hoje, em um lugar de destaque, alcançando posições que há até pouco tempo não nos eram dadas. Eu tive a honra de conseguir essa vaga no conselho. A maioria de vocês acreditaram na minha capacidade de trabalhar em prol da cultura. Eu venho do interior, não é? A gente brinca sempre nas lives que eu sou camponesa, que eu não consigo ligar o vídeo e o áudio ao mesmo tempo, porque a internet da minha cidade não é boa. O trabalho está sendo árduo, gente. Hoje, falar sobre a PNAB é reafirmar os nossos espaços, não é? Precisamos estar presentes em todos os lugares. Não tem sido fácil, não é fácil dialogar. Não é fácil colocar na cabeça do Governo que as culturas periféricas, em sua maioria — LGBTs, islã, rima, e as demais — são culturas populares também. São culturas que merecem a nossa atenção. São culturas que, se não há um nicho, um edital próprio, não seremos contemplados, como acontece no FIB e no Festival América do Sul. Um exemplo é o edital de dança. É muito difícil vermos o hip-hop ser contemplado. O meu trabalho, junto com os dos outros conselheiros, foca em outras pautas, mas a principal é: o periférico também é bom, e também tem que ser respeitado. E além disso, falamos também de questões de gênero. Não há como não falar sobre a importância das ações afirmativas para pessoas transexuais e travestis nos editais. Nós estávamos brincando na última reunião, falando de um resultado preliminar, havia cinco projetos de pessoas travestis. E eu disse: se tirarem os meus, sobram apenas duas pessoas. Se não fizerem um edital que conte com a comunidade LGBT e a cultura balloon, eles nunca estarão lá. Não é porque não somos bons ou porque não

somos competentes, é porque, infelizmente, ninguém dá emprego para uma trans cantar num barzinho. Ninguém leva uma trans para cantar no FIB. Ninguém leva um mano trans para dançar em um festival internacional. Esses são recortes, são violências que chegam até a ser institucionais. Houve um caso, que acredito que já tenha sido resolvido, de uma pontuação extra para mulheres serem retiradas de mulheres trans. Então, para eles, não somos mulheres, somos trans. Apesar de todos esses conflitos, nós, enquanto sociedade civil, temos que exigir que essa reparação social, histórica e cultural seja realizada nos próximos editais. Eu me coloquei à disposição para trabalhar no Grupo de Trabalho, porque não dá para falar de nós sem nós. É isso, gente. Muito obrigada!

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) —

Começamos a nossa audiência com força. Isso é muito bom. Obrigada, Aurora, pela sua fala e também pelo seu depoimento que nos ajudam a refletir e a pensar em políticas públicas e afirmativas para pessoas trans na cultura. Realmente precisamos debater esta pauta. Passo, agora, a palavra para a senhora Ângela Montalvão, coordenadora do Fórum Estadual de Cultura e nossa colaboradora nesta audiência pública.

SENHORA ÂNGELA MONTALVÃO (coordenadora do Fórum Estadual de

Cultura) — Boa tarde a todas e a todos! Eu sou uma mulher latina, vestida com uma roupa branca, de cabelos longos e pretos. Falo ao lado da deputada Gleice Jane, no centro da mesa. Primeiro, quero agradecer à deputada por ter aceitado a proposição do Fórum Estadual de Cultura, em parceria também com o Comitê de Cultura de Mato Grosso do Sul. Agradecemos diante da carência e da necessidade que temos de que a sociedade civil, principalmente a organizada, seja ouvida, como previsto em nosso Sistema Estadual de Cultura, e tenha, de fato, uma participação ativa na aplicação desse recurso. Este não é um favor do Estado, é um compromisso que ele firma junto ao Governo Federal quando adere à Política Nacional Aldir Blanc. Por isso, agradeço os dados trazidos pelo conselheiro Israel e as pautas importantíssimas e urgentes adiantadas por nossa conselheira Aurora. Não há como pensar em uma construção coletiva ou aplicar a Política Nacional Aldir Blanc no Estado de Mato Grosso do Sul, sem considerar a luta histórica e o debate acumulado e adquirido não por nós que estamos aqui hoje na função de representantes da sociedade civil, mas por todos aqueles que vieram antes de nós, que garantiram a este estado um dos fóruns estaduais de cultura mais antigos do Brasil e um Conselho Estadual de Cultura sempre presente, atuante e qualificado, que precisa ser ouvido. Não podemos passar por cima das instâncias. Eu quero lhes fazer uma pergunta: onde está a representação do Governo do Estado, da Pasta da Cultura aqui nesta Mesa? Qual é o intuito da Setesc ou da sua Fundação de Cultura em dialogar com a sociedade civil organizada, se sequer para esta audiência, para a qual foram convidados, eles se fizeram presentes? Não há mais o que dizer sobre isso, pois o fato em si já diz muito. Agradeço, mais uma vez, a esta Casa, que, como em muitas outras ocasiões, acolhe a classe trabalhadora da cultura. Como a deputada Gleice Jane disse, para além da nossa identidade de entretenimento e de

conquistas, somos uma classe que movimenta a economia de Mato Grosso do Sul. É algo que precisa ser debatido, de fato, com toda a sociedade. É gravíssimo o que o Governo do Estado, representado hoje por sua Setesc e a Fundação de Cultura, está fazendo: tentando gerir sem considerar o acúmulo de debate, sem considerar nossa legislação estadual e nossos marcos regulatórios. Muito obrigada, deputada Gleice Jane, por atender a esta demanda da sociedade civil organizada, representada por este fórum, com seus colegiados. Esperamos que, hoje, além desta denúncia de que não podemos gerir sem considerar esses marcos regulatórios, consigamos levantar, por meio dos nossos colegiados setoriais aqui representados, de alguns fóruns municipais, associações e diversos coletivos, as demandas e que elas sejam incluídas no Plano de Aplicação dos Recursos da PNAB aqui em nosso estado. Às pessoas presentes, o nosso muito. Estamos no dito "horário comercial", e sabemos o privilégio que é poder se dedicar exclusivamente à cultura neste estado. Trabalhadores e trabalhadoras da cultura muitas vezes precisam se dedicar a outras atividades profissionais. Aos que estão aqui, entendo que cada pessoa representa não apenas o seu interesse individual, mas, de fato, categorias, coletivos, grupos e cidades que precisam ser ouvidas e incluídas na aplicação deste recurso. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) —

Antes de passar a palavra para o próximo integrante da Mesa, quero convidar a deputada Camila Jara, que já está presente... Camila Jara, por favor, nossa deputada federal, que também é uma apoiadora das causas da cultura. Eu só quero entender: o Binho está presente? Vai conseguir participar conosco agora? Pergunte para ele como está... Binho, a palavra é sua agora.

SENHOR FÁBIO RIANI COSTA PERINOTTO (coordenador-geral da Diretoria

Técnica para Estados e Municípios da Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura do Ministério da Cultura do Governo Federal) —Obrigado, deputada Gleice Jane. Obrigado a todos. Que bom que a transmissão voltou a funcionar. Fico feliz de poder fazer esta fala contando com a presença e o acompanhamento da deputada federal Camila Jara. Em nome de vocês duas, deputadas, e em nome do pessoal do conselho e do fórum, saúdo todos que estão na Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa. É importante sempre reforçar que existe instância, a Comissão de Cultura na Casa Legislativa. Bom, pessoal, meu tempo ficou mais apertado. Estão me esperando para outra reunião. Mas eu gostaria de começar fazendo um convite. Embora minha participação hoje seja on-line, eu estarei com vocês na segunda-feira, dia 18, às 14 horas. Faremos um evento para explicar um pouco mais sobre a PNAB, vamos detalhar algumas questões e tratar de alguns assuntos. Estarão conosco a prefeitura e o governo estadual. Vale a pena participar. Aqueles que puderem e estiverem acompanhando esta audiência, imagino que tenham interesse. Depois, a Carol pode reforçar o convite para vocês. A prefeitura também tem o link que dá acesso à atividade. Bom. Uma questão muito importante para reforçar desde já é que nós do Ministério da Cultura sempre tratamos da melhor maneira possível as relações com a

sociedade civil e com o Legislativo e o Executivo, tanto na esfera federal, na estadual quanto na municipal. Esta abordagem é inclusiva. Aqui em Brasília, eu componho uma secretaria chefiada pela secretária Roberta Martins, que hoje leva o nome de Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura. Ela tem um campo de atuação que envolve alguns dos temas já abordados pelas pessoas que falaram aqui antes de mim. Inclusive, a diretoria do Sistema Nacional de Cultura está em nossa Pasta. Essa diretoria aborda a relação do Conselho Nacional de Política Cultural e diálogos sempre que possível e necessário com os conselhos estaduais e municipais de todo o Brasil. Embora seja um pouco mais difícil e delicado, estamos sempre à disposição para tratar desse tipo de assunto com a sociedade civil, sempre dessa forma oficial e institucional de participação, que integra a estrutura do sistema de cultura. Essa estrutura é composta por, pelo menos, um conselho, um plano, um fundo, além de sistemas de informações e indicadores culturais, e um programa de formação cultural. A diretoria da qual faço parte é a de Assistência Técnica para Estados, Distrito Federal e Municípios, que aborda exatamente a orientação e capacitação, tanto para o poder público quanto para a sociedade civil. É um trabalho realizado de modo contínuo com as gestões locais, seja na articulação federativa, seja na orientação e capacitação sobre a Aldir Blanc, enfim. A outra diretoria que integra nossa estrutura se chama Diretoria de Articulação de Governança. Nela, temos os agentes territoriais, os comitês de cultura e os escritórios do Ministério da Cultura. A Carol, só para destacar, é a coordenadora do escritório de Mato Grosso do Sul. Assim, vocês podem ver que a secretaria é bastante atuante. Neste contexto que estamos vivendo, vale a pena reforçar que, semana passada, publicamos um material que fala justamente sobre a participação social na Política Nacional Aldir Blanc. Eu lhes recomendo tal material, pois ele serve de base, de instrução, não apenas para a sociedade civil, mas também para as gestões públicas. Ele também dá dicas de acompanhamento, inclusive para o Poder Legislativo de modo geral, das três esferas. No material, falamos não apenas da participação social, mas também do controle social de uma gestão participativa. Abordamos, por exemplo, as questões do painel de dados, que trabalha com a transparência das informações sobre a execução da Política Aldir Blanc. Também deixamos transparentes os processos, para que, sempre que houverem eventuais denúncias, elas sejam feitas pela ouvidoria e, portanto, pelo portal "Fala BR". Ainda com relação à transparência das informações, não temos apenas nosso painel de dados. Fica a dica: ele está tão à frente de outras políticas que possui até o extrato bancário. Se tiver sido preenchido pela gestão, vocês podem averiguar como foi a conciliação bancária, como o dinheiro saiu, para quem, quando e quanto. O painel de dados possui todas as informações, inclusive as porcentagens no geral e comparativos entre estados e o total dos recursos. Agora temos uma nova plataforma, a Plataforma Cult BR, que será um grande instrumento no futuro. A Lei Aldir Blanc é fruto da luta da sociedade civil. Agora conseguimos fazer com que o governo Lula realize alterações para torná-la permanente. A deputada Camila Jara participou do processo, da tramitação do projeto no Congresso. Os próximos ciclos da PNAB, que começam agora em 2025, terão pelo menos quatro anos de repasses,

totalizando, desde 2023, pelo menos 15 bilhões de reais garantidos. Com a plataforma, os dados serão cada vez mais bem trabalhados. Os materiais que lançamos são importantes porque valorizam o legado histórico da conquista dessa legislação. Durante a pandemia, ocorreu a extinção do Ministério da Cultura e a ausência de relações de articulação federativa. As três leis que tivemos naquele período — a Lei Aldir Blanc emergencial, a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura — só foram possíveis por uma convergência da sociedade civil organizada e mobilizada em conselhos, movimentos, redes, frentes e fóruns, juntamente com redes e fóruns de gestores de cultura, tanto municipais quanto estaduais. Com o Ministério da Cultura, fortalecemos essas relações. Os materiais que lançamos sobre a participação social na PNAB também abordam o compromisso social e vêm para reforçar o legado do processo histórico original da lei. Como mencionei, estarei com vocês na segunda-feira para aprofundarmos várias demandas. Reforço algumas questões da lei, apenas para dialogar com as falas, pois não conseguirei dar sequência à participação aqui. É importante lembrar que, independentemente da estrutura do governo estadual ou da prefeitura, no mínimo 20% dos recursos devem ser executados em territórios ditos periféricos. A Instrução Normativa nº 10 lista treze categorias para esses territórios, que vão desde assentamentos, áreas com políticas de moradias populares, até locais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Além disso, os editais de fomento cultural devem conter uma porcentagem mínima de cotas raciais, para a população negra e indígena, e também para pessoas com deficiência. Outras ações afirmativas são orientadas e recomendadas. Outra questão importante de reforçar é que no mínimo 10% dos recursos dos governos estaduais são para o Cultura Viva, e no mínimo 25% dos recursos dos municípios que recebem pelo menos 360 mil reais também são para o Cultura Viva. Por exemplo, Mato Grosso do Sul terá várias condições de fomentar a estrutura para ter mais Pontões e Pontos de Cultura. Os recursos podem ser utilizados de diversas formas, desde equipamentos e estruturas prediais — embora não sejam a prioridade — até eventos e festejos de calendário. Além disso, podem ser usados para o fomento à classe artística e cultural, por meio de editais em diversas modalidades: bolsas, editais de prêmio ou editais de ações e atividades culturais, que costumam ser chamados de editais de projetos culturais, mas, enfim, juridicamente e administrativamente falando são editais de ações e atividades culturais. Mesmo à distância, estou à disposição. Muito obrigado. Um grande abraço.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — (proponente e vice-presidente da CECD) — Obrigada, Binho. É sempre muito bom saber do compromisso das pessoas da cultura aqui com a gente. Registraramos a presença do vereador Elias Ishy, do município de Dourados; do Alyson Ladislau, chefe de gabinete do vereador Jean Ferreira, do município de Campo Grande; e da Lucimara Maldonado, conselheira estadual de Cultura. Quero destacar que a Setesc e a Fundação de Cultura foram convidadas para participar. Quando chegarem, podem fazer parte da Mesa. Passo a palavra agora à Caroline Garcia.

SENHORA CAROLINE GARCIA (coordenadora do Escritório do Ministério da

Cultura de MS) — Boa tarde a todas, todos e todos! Saúdo a Mesa, em da proponente desta audiência pública, a deputada Gleice Jane, e também da Camila Jara, nossa deputada federal, nossas parlamentares com as quais nós da cultura sempre podemos contar. Estendo minhas saudações a todas as pessoas presentes. Temos aqui representações importantes: Fórum Municipal de Cultura, Fórum Estadual, conselheiros, vereadores, lideranças indígenas, cultura reggae, todas as áreas e linguagens. A cultura é isto: uma diversidade de linguagens, de fazeres e de entendimentos, e também de modos de vida. O que o Binho disse é muito importante. Ele fez um apanhado a respeito das políticas e de como o Ministério da Cultura vem trabalhando. Acho importante dizer que a PNAB é uma importante política de fomento à arte-cultura, com os maiores investimentos diretos que já tivemos. É uma das políticas que compõem as fontes de recursos e as possibilidades de estimular o fazer cultural, de garantir à população o acesso à cultura, de garantir os direitos culturais, a preservação e a memória, entre tantas outras coisas importantes que colaboram para o nosso crescimento, evolução, desenvolvimento e transformação como sociedade. A cultura também representa, de forma muito significativa, a luta pela democracia. Neste momento, ainda estamos em luta pela garantia da democracia. A cultura, por sua vez, está um passo além: ela está lutando pela radicalidade dos processos democráticos por meio da participação. Isso é muito caro à cultura, porque já sabemos que sem isso não teríamos a nossa legislação e as nossas garantias constitucionais. Nesse sentido, quero chamar atenção para o fato de que a Aldir Blanc vem como uma possibilidade, um indutor para a implementação do Sistema Nacional de Cultura. A Aldir Blanc, como as outras políticas, está dentro do sistema, e proporciona justamente que esse Sistema Nacional de Cultura e seus sistemas estaduais e municipais sejam efetivados na prática. Por esse motivo, é muito importante que haja momentos de participação social, não como a gente entende, muitas vezes, na lei: a escuta pública como responsabilidade do Executivo, que vai fazer a gestão do recurso, mas também reforça a importância da participação ampla dos órgãos interessados e da sociedade civil. Digo isso para destacar que é muito importante a nossa aproximação dos parlamentares municipais, estaduais e federais nesses momentos, pois é uma oportunidade para eles entenderem, se aproximarem e acompanharem a execução dessa política. Esse é o espaço que temos, historicamente, para trazer as necessidades de nosso sistema. Acho importante dizer que Mato Grosso do Sul recebeu 20 milhões de reais da Aldir Blanc para serem executados pelo Governo do Estado por meio da Setesc e da Fundação de Cultura; e 20 milhões, distribuídos entre os municípios. Na primeira parcela, tivemos 80% de execução por parte do Estado e cerca de 80% pelos municípios. Agora teremos mais 66 milhões, no total das quatro parcelas, por parte do Estado; e, quanto aos municípios, não sei dizer exatamente se é a mesma coisa, mas acho que não. Vai dar 80 milhões. Ou seja, somente dentro dessa política de fomento direto, temos esse investimento significativo. E mais importante ainda é este momento em que a sociedade e seus representantes podem dizer quais são as prioridades e fornecer subsídios para o

planejamento do Estado. Fico à disposição. Quero reforçar o convite feito pelo Binho. O evento ocorrerá na segunda-feira, às 14h, no Parquetec da prefeitura. Já passei o card no grupo do Escritório Estadual do Ministério da Cultura. É isso. Tenham uma boa escuta e uma boa audiência. Temos muita gente ainda para falar e trazer suas demandas. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Obrigada, Carol. Quero lembrar que, na terça-feira, teremos a ministra Margarete Menezes aqui no estado, inaugurando o CEU em Campo Grande. Na segunda-feira, o Binho estará aqui para dialogar, e, na terça, a ministra. Agora, eu passo a palavra à deputada federal Camila Jara. Temos no Plenário o Franklin e o Elias. Há mais algum vereador? Se quiserem, podem falar daí ou podem vir aqui. A opção fica com vocês. Obrigada.

DEPUTADA FEDERAL CAMILA JARA - PT/MS — Boa tarde a todas e a todos! Serei breve, pois entendo que, em uma audiência pública, quando vocês falam, nós conseguimos captar e desenvolver melhor as políticas públicas. Acho que o Binho resumiu bem: aprovar e reestruturar a Aldir Blanc foi uma grande batalha no Congresso. Na verdade, tudo o que se fala sobre cultura lá sofre um ataque imenso por parte daquela bancada retrógrada. Dizem que é uma bancada conservadora, mas não acredito que seja, pois eles não querem conservar nada. Muito pelo contrário, eles querem retroceder as políticas e os avanços que conquistamos. É facilmente identificável como a cultura é atacada pela bancada da extrema-direita. No Plenário, durante a discussão do orçamento, a primeira coisa que eles questionam é o orçamento que o Governo destinou para a cultura, que já não é lá aquelas coisas. Eles atacam esse orçamento porque entendem que a cultura é uma ameaça à ordem social e ao *status quo*. É por isso, Gleice, que esta audiência é tão importante. É por isso que é tão importante estar aqui com vocês. E é por isso que me sinto muito honrada e representada ao ver na plateia não apenas companheiros de luta, mas também duas ex-professoras minhas que me acompanharam nesta trajetória. Eu entendo que a Aldir Blanc é uma lei importante. Ela veio para fortalecer e democratizar o acesso à cultura. Todavia, Carol, ela não pode ser a única política cultural. Desde que a Aldir Blanc foi implementada, ela se tornou a principal fonte de recursos. E tem que ser assim. Mas os editais municipais e estaduais não podem ser esquecidos e não podem ser enfraquecidos por conta da existência da Aldir Blanc. Muito pelo contrário, a Aldir Blanc veio como complemento, e precisamos falar sobre isso. Estar nesta Casa de Leis estadual, Gleice, é fundamental para que consigamos entender como a Aldir Blanc vai funcionar: como um plus a mais e que garantirá que os outros editais continuem acontecendo e cheguem aos mais diversos tipos de cultura. Em nosso mandato, estamos destinando emendas para setores e projetos culturais. E esses projetos culturais deveriam estar saindo dos editais dos municípios e dos estados. Nós poderíamos usar tais emendas para, por exemplo, terminar o Centro Cultural, já que a emenda tem um valor mais alto. Poderíamos estar terminando o Centro de Belas Artes para coisas fixas. Se tivéssemos os editais, não precisaríamos destinar os recursos da emenda para garantir que as atividades que os editais já teriam

capacidade de abranger acontecessem. Portanto, precisamos pressionar para que consigamos usar as emendas parlamentares para estruturar equipamentos públicos de cultura, avançar e garantir mais acessos. É um absurdo vermos o Centro de Belas Artes, que foi quase concluído, paralisado. Conseguimos executar e levar esses recursos, primeiro, porque não há disposição do Estado nem do município para que essa política pública aconteça; e, segundo, porque as emendas que poderíamos estar destinando para conclusão e edificação do Centro de Belas Artes — isso é só um exemplo, se andarmos pela cidade e pelo estado, encontraremos diversos exemplos em Mato Grosso do Sul — estão sendo usadas para fomentar e estruturar projetos que, embora importantes, caberiam nos editais, se os editais dos municípios e do Estado fossem levados a sério. É importante colocarmos esses temas na audiência de hoje e sempre colocar os mandatos do Partido dos Trabalhadores à disposição. Apesar de não ser da cultura, eu sou consumidora de cultura e quero vê-la pujante em Mato Grosso do Sul, como foi na época do "Temporadas Populares", que chegava em todos os cantos, e na época do "Teatro da Barão". Eu sentava no calçadão da Barão e assistia às apresentações. Pessoal, conte conosco, conte com o nosso mandato! Parabéns pela mobilização e pela luta!

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) —

Muito obrigada, deputada Camila Jara, pela contribuição. Agora vamos dar a oportunidade para as pessoas que estão presentes no Plenário. Pelo menos quinze pessoas farão uso da palavra. Para garantir que todos falem, vou pedir para vocês tentarem se limitar a, no máximo, três minutos. Combinado? Eu vou começar pela ordem em que vocês se apresentaram. Primeiro, o Carlos Arruda, que representa o Colegiado Estadual de Circo de Mato Grosso do Sul, e, na sequência, o Danilo Monteiro.

SENHOR CARLOS ARRUDA ANUNCIATO (representante do Colegiado de Circo em MS) — Olá! Tudo bem? Gente, muito se falou aqui sobre questões legais, não é? Desde que cheguei aqui, tenho pensado em alguns pontos. Eu quero abordar alguns deles. Mas, primeiro, vou me apresentar. Eu sou o Carlos Anunciato, estou aqui representando o Colegiado de Circo. Portanto, vou focar nas demandas do circo. Eu sou cafuzo, confuso, mas sem Prada no pulso. A gente ouviu aqui o Hino Nacional e o Hino do Estado. O último fala em "fertilidades mil". Que fertilidade é essa? É uma monocultura! Eu não estou entendendo. A colega ali falou sobre a falta de acesso para pessoas trans, e eu tenho aqui reclamações de que, no edital, o circo não participou da discussão sobre montagem, por exemplo. Para quem não entende muito bem, e tirando a discussão desse lugar amplo de que cultura é tudo aquilo que está abaixo e acima do solo etc., o circo, durante muito tempo, carregou os próprios cantores sertanejos, que, hoje, fazem sucesso e que levam toda a verba da cultura. E os caras do circo não são contemplados. Eu acho que há várias questões que podemos pontuar. A questão que a deputada federal trouxe, de que não é só a Lei Aldir Blanc, é óbvia. Vamos começar a nos "matar" aqui, porque eu quero circular com meu espetáculo e o colega também. Mas e aí? Se as prefeituras não vão destinar e receber o

que a gente produz e se o Estado não vai fazer circular... É lógico! Se esse conselho é tão antigo, se temos essa demanda... Será que é tão inocente assim? Eu estou aqui mais como um agente do caos. Poxa! Não está acontecendo nem para os ditos "tradicionais", e tem uma discussão nacional sobre o circo de lona itinerante ser um "museu vivo"; nem para as culturas mais excluídas ou que estão ganhando visibilidade agora. Nem eles, nem o circo! Há alguma coisa errada aí. Falando como professor, porque eu também trabalho na educação, e vi o professor Francisco ali na plateia, eu lembro que fizemos parte de uma chapa da ACP que se chamava "Chapa da Escuta". E eu acho que o princípio de tudo é a escuta. O que é escuta? Por que a escuta não está acontecendo? É previsto um período para a gente se escutar. "Ah, tudo bem. Há conselheiros lá". Aliás, há poucos conselheiros no estado. O circo não está no conselho, a capoeira também não está. Aí o pessoal tem de ficar mendigando as questões com os colegas. Mas não é a mesma coisa. Na questão anterior, a gente tinha um debate, eu, como representante da capoeira, e o Matheus, como representante do teatro. Nós vivíamos batendo na tecla de que não dá para colocar Artes Cênicas junto. A gente fala, mas não é escutado. Deu problema. Ou seja, está faltando escuta. A gente está aqui numa audiência para falar e para ser ouvido. Não é a escuta de palavras, é a escuta real! Quem faz cultura? Se não formos escutados, é lógico que vai dar problema. Então, eu vou por esse caminho. "Eu escuto a cor dos passarinhos". Quem diz é Manoel de Barros, certo? Eu não estou pedindo para ter uma escuta profunda como a do Manoel de Barros. É só escutar. Então, temos que fazer alguma coisa. Não é dizer: "Ah, legal, parabéns, você falou, tudo bem, coloca na gaveta e já era". A gente tem esse problema: as pessoas que trabalham com cultura estão tendo que resolver problemas que não deveriam estar resolvendo. Nós deveríamos estar trabalhando com cultura, não resolvendo problemas de estrutura, de administração de verba, de administração. Pelo amor de Deus! É óbvio o que estou dizendo, mas, às vezes, o óbvio precisa ser dito. É isso que tenho a dizer. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — O próximo é o Danilo. Vocês viram que não temos um acordo. Então, para controlarmos o tempo, porque muitas vezes a gente se perde mesmo, eu sou professora e sei que é assim, alguém aqui na frente vai dar um "toquinho", OK? Só para a gente ficar mais à vontade, não ficar ansioso aqui. Bom, o próximo é o Danilo e depois é o Felipe Sampaio.

SENHOR DANIL MARTINS MACIEL (presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Dourados) — Já deu medo, porque tem uma placa ali. Uma excelente tarde a todas, todos e todes, na figura da Aurora e de todas as pessoas aqui presentes do universo LGBTQIA+. Eu sou conselheiro de cultura de Dourados, presidente do Conselho de Cultura, representante do Fórum de Cultura, mas sou, principalmente, um fazedor de cultura. Sou um homem branco, careca, com pouquíssimos cabelos, e barba grisalha. Estou vestindo uma camisa azul com listras brancas. Bom, eu inicio agradecendo à Ângela por me chamar e abrir este caminho para nós. Obrigado, Gleice, por trazer essa temática à

Assembleia Legislativa. Obrigado a todos da Mesa. Camila, que tem construído e lutado no Governo Federal. Fico muito feliz quando ouço o nome do Franklin e do Elias. Dourados está bem representada. Isso é importante para nós, que estamos em constante e forte luta. O Franklin, presidente da Comissão de Cultura, tem alcançado universos que, talvez, nós não conseguiríamos alcançar sozinhos. E o Elias, sempre parceiro. Mas também quero lembrar do nome de uma pessoa muito importante para nós, também conselheira de cultura, a Rosana, do gabinete e do Fórum de Cultura, que fala de literatura e que representa esse movimento. Obrigado, Rosana, pela sua presença. Eu trago aqui este texto, que não dá para ler, sobre o Coletivo do Fórum de Cultura de Dourados, um texto que estamos tentando levar para a tribuna de Dourados em breve, talvez no dia 25. Estamos tentando, Franklin e Elias. O Célio Turino, grande fazedor da cultura viva e sempre contribuidor do ministério, disse para nós: "Cultura é mais que poder, é potência!". Como podemos nos desenvolver sem estímulos às nossas especialidades e potencialidades? Como isso vai acontecer, se a cultura não for enxergada, visibilizada e priorizada? Neste momento, eu trago a cultura e a potência cultural de Dourados. Falo de Dourados e também de Itaporã, Maracaju, Douradina e Ponta Porã. O Célio Turino diz que o Governo Federal, através do Minc, tem feito isso, com algumas dificuldades, eu entendo, mas tem feito, eles estão tentando "politicizar a cultura e culturalizar a política". Se a gente conseguir fazer o inverso e culturalizar a política, como a Camila disse, e discutir o pouco recurso que temos, a gente vai conseguir fazer com que eles entendam... A cultura é transformadora, portanto, incomoda. Isso é importante para nós. A cultura atravessa tudo, ela atravessa o campo da imaginação, da potência simbólica, da ferramenta de emancipação. A cultura transforma vidas. E o que acontece? Muitos governos municipais têm desconstruído a cultura, rapidamente. Dourados tem uma preocupação: Nós tivemos agora um corte de 600 mil reais do Renasce, que é o Cultura Viva. Temos políticas, e ontem, para fechar, discutimos os 1.612 reais lá de Dourados. O Governo Municipal queria 300 mil reais para investir em manutenção e construção de prédios. A gente disse: "Não! O dinheiro é da cultura." E esse dinheiro a gente distribuiu, a gente elencou, e ainda cedemos 150 mil reais para comprar instrumentos e instrumentalizar a Casa Amarela, que fica no Parque dos Ipês. Não é possível que o Governo Federal não tenha investido, assim como há uma grande preocupação com relação ao Governo do Estado, que tem fechado as portas para uma verdadeira cultura junto ao FESC e a toda essa realidade. Obrigado, gente. Estamos juntos.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD)
— Obrigada, Danilo. O próximo é o Felipe e, na sequência, a Franciela.

SENHOR FELIPE SAMPAIO (representante do Colegiado Estadual de Acessibilidade Cultural) — Oi! Todos me ouvem? Boa tarde! Eu sou o Felipe, um rapaz de pele parda, estou vestindo uma camisa cinza com um tom rosado, tenho cabelos e barba pretos. Quero, em nome da Ângela, cumprimentar a deputada Gleice Jane, a deputada Camila Jara, o Israel, a Aurora e a Caroline, toda a Mesa. Representando o Setorial de

Acessibilidade Cultural para Pessoas com Deficiência, e em nome da Mirela, nossa coordenadora, farei dois encaminhamentos de propostas, as quais que já enviamos à Fundação de Cultura, mas que também já fizemos como instrumento de mobilização da sociedade civil. Pedimos, por meio de ofício, para a Fundação de Cultura, para Dourados e também para Campo Grande, a reserva de 10%, para a PNAB, para acessibilidade. Já tínhamos essa política pública na Lei Paulo Gustavo, e ela foi muito bem executada. Tivemos grandes marcos. Mas percebemos que o primeiro ciclo da PNAB teve um grande déficit na questão da acessibilidade. Acessibilidade não é apenas comunicacional, é o contratante da pessoa com deficiência, é o artista com deficiência participando, não só de espaço físico, mas todas as formas de acessibilidade que precisamos ter. Por isso, pedimos por meio de ofício a reserva de, no mínimo, 10% para acessibilidade, sendo a atitudinal, a comunicacional e a arquitetônica. Também construímos um formulário de fiscalização para o Estado utilizar, mas também para que produtores e agentes culturais denunciem projetos ditos de acessibilidade que estão acontecendo no interior do estado e em Campo Grande e que não estão executando a acessibilidade. Não há fiscalização. Sabemos que todos os projetos da Lei Paulo Gustavo tinham essa necessidade, e a PNAB também. Mas pouco estamos entendendo que está acontecendo de fato. A PNAB vem para tratar das ditas minorias — que não são — e da questão da cultura viva. A questão da acessibilidade já era muito importante, mas a execução e os produtores e agentes culturais precisam fazer sua parte; e o Governo do Estado, as prefeituras, as secretarias e as fundações precisam fiscalizar o recurso e verificar se a acessibilidade está de fato acontecendo. A principal acessibilidade é a atitudinal. Precisamos ter atitude para mudar o projeto, para mudar nossas consciências e nossos comportamentos capacitistas. Muito pouco se fala dos artistas com deficiência e de contratação de pessoas com deficiência para a equipe. A lei deve ser executada com o mínimo de dez por cento. Como? Vou fazer um projeto cultural, vou contratar uma pessoa com deficiência, vou precisar de audiodescrição, vou pegar um espaço acessível, e tudo dá certo. Já fizemos os dois encaminhamentos para a Fundação de Cultura, já conversei com o Israel, e a Iria também nos atendeu com relação a isso, representando a Fundação de Cultura. Agradeço pelo espaço de fala.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD)
— Muito obrigada, Felipe. Passo a palavra à Franciela.

SENHORA FRANCIELA CAVALIERI (representante do Colegiado Estadual de Dança) — Alô! Boa tarde! É um prazer estar aqui, é muito bom contribuir para este debate tão especial. Quero agradecer pelo espaço de fala. Obrigado a todos os presentes, ao Fesc, à deputada. Quero agradecer também ao Colegiado Estadual de Dança por confiar a mim a missão de representá-lo aqui. Primeiro, quero corroborar o pensamento de todas e de todos que já falaram aqui antes de mim. Acho importante registrar que o Colegiado Estadual de Dança tem um trabalho e uma luta históricos de conquistas, e também de derrotas. Estamos trabalhando para retomar os programas que foram elaborados pela sociedade civil

ao longo de tantos anos. É um tanto peculiar pensar que, quando falamos especificamente da PNAB, o pensamento acaba se cruzando na atual luta do colegiado como um todo, mas também nas especificidades da PNAB. Então, há coisas muito semelhantes. Vou mencionar algumas delas, para que consigamos falar de tudo e do específico também. Estamos vendo pouca obediência ao que já foi construído pela sociedade civil como um todo. Vemos a falta de diálogo, a falta de comunicação. Mas o principal é a falta de estratégia. É algo que o colegiado já disse em reuniões e vem trazendo através de documentos, formalizando, para que fique claro que não vemos uma gestão de estratégia. Os problemas que estão acontecendo não são criados pela sociedade civil. E a sociedade civil gasta seu tempo de vida ali para tentar conseguir o básico, e como o Carlos disse, para que seja reconquistado. Então, agora, eu vou pontuar as questões mais específicas. Eu, enquanto sociedade civil, tenho percebido que, às vezes, parece que a PNAB é uma 'questão' para a gestão, e eu a vejo como uma 'oportunidade'. Uma coisa que o colegiado vem questionando é: "Como uma gestão trabalha sem indicadores, sem saber quem somos, para onde vamos, o que fazemos, onde estamos? Somos mulheres? Somos trans? Somos negros? Quem somos? Como uma gestão trabalha sem indicadores? Eu acho que deveríamos estar aqui neste espaço falando de memória, por exemplo. Não temos espaço para isso, temos que ficar falando do básico. Não há construção de indicadores, mesmo que o Ministério da Cultura tenha trazido uma metodologia muito clara de como gerir esses editais, apenas colocando as especificidades de cada região para que as coisas sejam feitas, sejam realizadas. Mas não há indicador, não há. Há um monte de gente pensando num jeito próprio de fazer a coisa; e, pelo que vemos, não está funcionando. Agora, eu quero ressaltar o Plano Nacional das Artes, que também está aí dando indicadores, dizendo: "Olha, pode ir por aqui, pode ir por ali!" É uma metodologia clara. Seria só pegar, estudar e fazer. Mas, enfim. E a gente não vê otimização de recursos. Eu estive falando com colegas que também falaram sobre a possibilidade de um pacto federativo. Lembrei que, na primeira PNAB, houve uma conversa entre o município e o Estado, no sentido de cada um abordar uma parte, uma parte de criação, uma parte de pesquisa, outra parte de circulação... O Governo precisa olhar e dizer: "Ali está acontecendo isso; então, vamos fazer aquilo?". Seria mínimo, não é? E, mais especificamente, e já terminando, precisamos falar sobre a separação de linguagens. Estamos em 2025 e ainda temos essa história de Artes Cênicas. E quero fazer uma pergunta também: por que essa gestão não está trabalhando com pareceristas? Isso é outro retrocesso. E a gente não pode trabalhar com devolução de recurso. É só pegar o recurso e escoar. Obrigada pela oportunidade. Obrigada mesmo. Eu sou Franciela Cavalieri, artista da dança e representante do Colegiado Estadual de Dança de Mato Grosso do Sul. Acabei esquecendo de me identificar.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Franciela, muito obrigada pela sua contribuição. Quero convidar agora a Jéssica Cândido.

SENHORA JÉSSICA CÂNDIDO (representante do Colegiado Estadual de Hip-Hop) — Olá, olá! Boa tarde! Eu me chamo Jéssica Cândido, sou uma mulher negra, estou com os cabelos trançados, que são encaracolados. Uso óculos, estou com um casaco caramelo e uma blusa branca. Quero agradecer por este espaço. É muito importante dizer que estou aqui como representante da cultura hip-hop, que completou 50 anos. Em 2023, o presidente Lula assinou um decreto reconhecendo a cultura hip-hop. Quero agradecer à deputada estadual Gleice Jane pela iniciativa junto ao Fesc, em especial à Ângela, que fez toda essa articulação. Cumprimento todos da Mesa. Este não é um espaço que o hip-hop costuma ocupar. Acho que é compreensível que eu esteja um pouco nervosa, afinal de contas, pessoas negras, indígenas e trans não costumam ocupar esses espaços. Mas eu venho aqui trazer algumas demandas muito importantes que foram levantadas por meio de escutas e vivências. Basicamente, o problema está sendo a 'não escuta', a não escuta assertiva, porque falamos que o estado é amplo e diverso, mas a diversidade não tem sido escutada; tudo é colocado no mesmo balão. Por exemplo, como representante das culturas de rua, especificamente do hip-hop, geralmente temos que pleitear espaço junto com outras culturas específicas que precisam ser ouvidas de forma específica. Isso é muito ruim, já que falamos sobre ouvir as pessoas e dar espaço e trabalho digno a elas. Vou ler as demandas para tentar ser mais assertiva. Hoje, trago alguns pontos que a nossa classe considera fundamentais para a execução da PNAB em Mato Grosso do Sul: Que o órgão responsável pela execução da PNAB tenha uma escuta e diálogo mais claros e objetivos com a classe, garantindo que as decisões e informações cheguem de forma acessível. Criação de um canal oficial de diálogo — seja por telefone, WhatsApp ou atendimento presencial — gerenciado por um servidor que participe diretamente dos processos de construção e execução dos editais. Lembro que a PNAB teve 10% do recurso já em lei para ser separado para contratar essa mão de obra. Então, onde estão essas pessoas? Porque quando buscamos, não obtemos respostas. Dizem: 'Ah, leia o edital, tem que fazer conforme o edital'. Ficamos perdidos. Continuando. Cumprimento rigoroso dos prazos pela gestão, assim como nós trabalhadores e trabalhadoras da cultura também precisamos cumprir os prazos. Plataforma Prosas: o limite de 10 MB por arquivo compromete seriamente a qualidade dos materiais enviados. Houve relatos de pessoas que perderam pontuação de trajetória porque precisaram reduzir o portfólio para caber no limite. É urgente repensar essa restrição para que não penalize os proponentes. Interiorização das escutas públicas, garantindo que pessoas do interior do estado possam falar por si mesmas, participando ativamente das decisões. Não dá mais para tudo ficar centralizado em Campo Grande. A Capital não pode falar pelo interior. Flexibilização de prazos para entrega de documentação, quando houver restrições ou dificuldades comprovadas. Muitos agentes culturais do *hip-hop* e de outras linguagens são da periferia e enfrentam contextos sociais que dificultam a regularização imediata de documentos. Criação de novas categorias de valores na categoria cultura de rua, contemplando projetos de maior porte que desejem circular por diferentes regiões do estado e alcançar cidades e comunidades do interior. Para

finalizar, o hip-hop é uma cultura que possui vários elementos. Esse imaginário popular de que "Ah! Você é hip-hop?", é generalizador. Mas eu vou explicar. Temos cinco elementos: o break (a dança), o DJ, o MC (rap), o grafite e o conhecimento, que é a união de tudo isso. Sem conhecimento, não vamos a lugar nenhum. É fundamental entender o que é o hip-hop, o que é a cultura "barum". Precisamos entender sobre o que falamos para conseguirmos avançar. Por fim, reforço que esta iniciativa é primordial e urgente para que os próximos ciclos da PNAB aconteçam de forma alinhada com as realidades e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura. É imprescindível ouvir as demandas da classe, entender como cada cultura e linguagem funcionam e suas necessidades. Mais uma vez, muito obrigada!

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Obrigada, Jéssica! Estamos aprendendo um monte de coisas com sua fala. Depois teremos que nos aprofundar nisso. Eu tive que perguntar aqui para os 'universitários' ao meu lado algumas coisas. Mas é muito bom. Tudo isso nos faz pensar, inclusive, sobre em que precisamos melhorar. Bom, agora, ouviremos a Jéssica Rabelo; depois, a Lívia Lopes.

SENHORA JÉSSICA RABELO (representante do Fórum Municipal de Cultura de Campo Grande) — Boa tarde! Todo mundo escutando? É bom falar baixo, porque vai que eu grito... Mentira. Hoje é sexta-feira, e eu estou de branco. Meu nome é Jéssica Rabelo, sou pedagoga e costureira. Sou uma mulher negra, uso batom preto sempre, com cabelo cacheado, outras vezes trançado, mas hoje estou com o cabelo trançado, para cima, igual a mim... Mas há algo lamentável, sabe? É lamentável ter que ouvir uma conversa que parece ser do ano de 1500. Todas as reclamações de visão de linguagens, de visão de setores, isso tudo acontece porque a gestão hoje do Governo de Mato Grosso do Sul é de jogadores de futebol, e não da classe artística. Porque, se tivéssemos uma gestão digna, que fosse da área da linguagem, ou pelo menos... Se eu, como costureira, não sei de um assunto, eu vou procurar quem saiba, certo? Então, nosso problema já começa aí. Tratam a cultura como se fosse futebol, assim como tratam a política. Se não entendem de futebol, também não entendem de política. Hoje, lidamos com o desmantelamento cultural proposital, planejado, e que está dando certo. Perdemos 1% de 2026, sendo que 2023 não foi pago. Estou falando da prefeitura, porque estou aqui como representante do Fórum Municipal, mas isso respinga em tudo. Porque se a Capital está gerindo a coisa dessa forma, o segundo maior PIB do Brasil, mas isso está em pasto e boi... A nossa cultura não é baseada no sertanejo, que é uma cultura legítima; mas eles não precisam de edital, de seleção; não precisam passar uma tarde como a gente está passando aqui para apresentar demandas. Quanto dinheiro estamos perdendo neste momento com este trabalho? Isso é um trabalho, é um labor gratuito, sabe? E não era para estarmos passando por isso. Era para estarmos vivendo de cultura. Eu vivo de cultura, mas todas as vezes que vou pagar o meu aluguel, eu penso: como isso poderia ser feito, se não dessa forma? Todas as instâncias da cultura, da diversidade e da pluralidade estão precarizadas. Quem são os

nossos representantes da Fundação de Cultura? Quem é o nosso representante? Quem está falando por nós e decidindo por nós? Tivemos o Festival América do Sul, agora vai acontecer o Festival de Bonito, sem nossa participação para nada. Com o edital já pré-selecionado. Para quem se inscreveu e passou, meus parabéns! Eu estou aqui para falar, principalmente, para quem está em casa e mandou mensagem dizendo que não podia estar aqui: que bom que você está em casa nos assistindo. E que bom que vocês vieram. Eu, como mulher preta, sei que muitas iguais a mim não conseguiram sequer chegar até aqui. Quero encerrar desejando que não caiamos nesse plano de desânimo, de descrédito, e que isso aqui aconteça mais vezes. Parabéns a esta Mesa! Na maioria das vezes, mesas como essa são compostas por homens, brancos e cisgêneros. Hoje temos uma Mesa composta, em sua maioria, por mulheres, inclusive pela minha afilhada Aurora. Isso é significativo, é político, além de poético, pois nos coloca, mulheres, em um lugar de destaque. É isso que tenho a dizer. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Obrigada, Jéssica. Espero que, nas próximas, tenhamos aqui à frente também mulheres negras e indígenas. Precisamos avançar na diversidade e na quantidade de mulheres ocupando espaços da política. Eu espero que mudemos esta realidade. Agora eu passo a palavra à Lívia. A Patrícia Rodrigues da Silva falará na sequência.

SENHORA LÍVIA LOPES (representante da Central Única das Favelas - Cufa/MS) — Olá, olá! Boa tarde! Muito obrigada, primeiramente, à Ângela, pelo convite para estar aqui. Bom, meu nome é Lívia Lopes, sou presidente da Associação das Mulheres das Favelas de Mato Grosso do Sul e também representante da Cufa aqui em Campo Grande. Hoje, eu sou artista — sou artista e professora — graças a um projeto social. Eu só estou aqui hoje como artista graças a um projeto social. Eu gosto de enfatizar isso porque, quando criança, tive uma oportunidade, e hoje eu quero dar oportunidade às crianças dos locais por onde passo. Minha parceira de caminhada e de luta Letícia está ali. Estamos juntas na Cufa e na associação. A gente está fazendo um trabalho muito forte no bairro São Conrado. Eu venho aqui também para falar das periferias e da Associação das Favelas. Durante muito tempo, eu tive um certo receio de dizer a palavra "favela", principalmente aqui em Campo Grande. Eu me lembro de que, na época em que comecei na Cufa, em 2019, quando eu ia falar com a imprensa e me perguntavam: "Pode falar 'periferia'? A gente pode trocar o nome?". Não. Como trocar o nome da própria Cufa? Não tem como ser Central Única das Periferias. Vai ter que ser 'favela' mesmo. E está tudo certo, porque aqui há favela. E, agora, a gente sabe, por conta do IBGE, a quantidade de favelas que há. Isso também foi uma ajuda coletiva com a Cufa e com a Associação de Mulheres das Favelas de Mato Grosso do Sul. Quero dizer que é importante os gestores terem essa escuta ativa e sensível com o fórum, com o colegiado e com a sociedade civil. Como posso impactar e influenciar jovens e crianças da minha periferia, da minha "quebrada", da minha favela, se os próprios gestores não estão escutando o fórum, nem o colegiado, nem a sociedade civil? O recurso precisa

ser distribuído de modo eficiente. E eu fico extremamente chateada, porque, se aqui em Campo Grande há fome, na periferia também há fome, e não é só de alimento. Ela tem fome de arte e cultura, ela tem fome de acesso à arte e à cultura. Se aqui em Campo Grande há essa fome, imagine no interior. Então, fico aqui nessa indignação. Eu também estou nervosa, como disse a Jéssica, porque, para mim, é muito novo estar aqui neste lugar. É muito novo estar em um lugar de liderança, por mais que eu esteja nisso desde 2019. É muito importante ter a nossa fala escutada de fato. Fica aqui minha indignação. Espero que, nos próximos ciclos, a gente consiga ter de fato essa escuta, e que as coisas possam melhorar. Por que não haver uma linha para artistas de periferia executarem projetos na periferia? Eu senti falta disso. Por que não, seja dentro da cultura de rua, seja dentro da cultura periférica, haver um acesso, uma linha, para a gente conseguir impactar jovens como eu fui impactada? Porque fui impactada no passado estou aqui hoje. A Lívia de dez, doze anos de idade foi impactada pela dança. Por isso, eu quero muito que as crianças de hoje também sejam impactadas. Acho que está faltando essa escuta. A gente precisa melhorar os editais e abranger mais categorias, para que consigamos distribuir esse recurso. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Muito obrigada. Eu sempre digo, Lívia, que a gente tem medo, mas vai com medo mesmo. Quando a gente está nervosa, a gente vai nervosa. Então, vamos! É assim. Bom. Agora, a palavra está com a Patrícia Rodrigues.

SENHORA PATRÍCIA RODRIGUES DA SILVA (representante do Colegiado Estadual de Música de MS) — Boa tarde a todas e a todos! É uma honra estar aqui com a deputada Gleice e, com muita intimidade, com a Camila. De fato, a gente tem uma proximidade com vocês aqui. Muito obrigada. Vou tentar ser breve, porque temos dados bem importantes para lhes apresentar. Eu os dividi em três partes. Mas, primeiramente, vou me apresentar. Eu sou uma mulher de um metro e sessenta e sete centímetros de altura. Estou de *dreads* e com um terno de brechó, pois trago um adendo da moda sustentável, da nossa preocupação com resíduos têxteis no planeta e com o aquecimento global. Venho representar, neste momento, o Colegiado Estadual de Música. Na plateia, estão presentes o produtor Demétrios Hernandes, a cantora de música sertaneja Isabel Souza e nosso companheiro da coordenação Ary Ladslau. Preciso fazer essa defesa da Isabel: nem todos os músicos da linguagem sertaneja sobrevivem de contratação direta. Então, minha irmã parceira, aqui na plateia, vive uma realidade muito diferente da descrita neste setor. Também venho representar, com muita honra e carinho, a Rede Nacional Reggae, uma articulação de mulheres criada a partir de vinte estados do Brasil, após a Conferência da Cultura e a reativação do Ministério da Cultura. Essa rede surgiu aqui em Campo Grande, com o apoio da deputada Gleice Jane. Atualmente, eu sou parceira das minhas irmãs e aguardamos a assinatura de um decreto do presidente Lula. Gostaríamos de que a Camila nos ajudasse a ter um encontro com a ministra na terça-feira. Esperamos que o decreto

nacional para a cultura reggae seja assinado o quanto antes. Em segundo lugar, eu gostaria de, em nome do setor da música, dizer que também temos enfrentado muitos problemas, e um deles, que vem acontecendo nos últimos dois anos, é a falta de editais para festivais. O nosso setor não teve representatividade nos chamamentos para os principais festivais do estado, que são o FIB e o FAS. Infelizmente, ele sofre pela carência de saber das convocações apenas pela mídia, e não tem tido uma participação efetiva. Assim como outros espaços importantes em Campo Grande, como a Concha Acústica, no Parque das Nações Indígenas, que, ao longo de muitas décadas, apresentava um projeto que se chamava "Som na Concha" e o projeto "Cena Som", que, antigamente, era apresentado no Centro Cultural José Octávio Guizzo. Empoderando-me da fala da Camila Jara, temos muita saudade das Temporadas Populares e do período em que a música tinha uma representatividade importante. Quero dizer, também, que, acompanhando os conselhos municipais e estaduais, vemos a falta de obrigatoriedade dos investimentos diretos e os equipamentos públicos se apropriam da verba federal oriunda da PNAB e deixando de fazer o seu dever de casa, transferindo muitas vezes sua obrigatoriedade de fazer os investimentos diretos e ocupando, por exemplo, 5% da operacionalização prevista na PNAB. A gente fica extremamente insatisfeito. Quero, ainda, dizer que, na escuta pública do dia 24 de junho, nosso colegiado se fez presente. E, assim como as minhas colegas disseram, há uma preocupação com relação aos índices e com relação à necessidade de se fazer um estudo mais específico sobre as diferenças entre as linguagens. Tenho aqui um dado, que é o Chamamento Público nº 008/2025, das culturas urbanas e periféricas. É importante levar em conta as diferenciações, porque, na maioria das vezes, os projetos inscritos acabam entrando em conflito e, em vez de beneficiar os artistas e os setores, acabam colocando as linguagens em confronto. Isso tudo deixa nós fazedores de cultura insatisfeitos. As instituições não demonstram habilidade técnica para diferenciar as linguagens, como a Jéssica Cândido disse, e acabam, por exemplo, em chamamentos e editais, colocando tudo no mesmo balão. Não se observa a lei. No Edital nº 008/2025, referente às culturas urbanas e periféricas, no dia 14 de março de 2025, foi feita uma homologação no Diário Oficial nº 11.776. Depois disso, saíram publicações de cronograma que não foram cumpridas. De 5 a 7 de maio, dois dias úteis, foram abertos na plataforma recursos para que projetos enviassem documentos. Após isso, não houve mais atualização, nem notificação na plataforma ou por e-mail. Não foi publicada uma lista de classificação geral; e nós da coordenação do Colegiado de Música, quando os artistas nos procuram para fazer qualquer indagação sobre o projeto, com o número de inscrição certinho, como a Jéssica disse, não temos um aparato, um telefone. Tentamos entrar em contato com as instituições, mas não obtivemos resposta. Isso descredibiliza os colegiados e os setores. E quero agradecer à Ângela pela realização deste chamamento público, por esta importante ação de organizar os setores, porque há muitas demandas, e nosso tempo é curto. Quero deixar claro que, tanto nos conselhos municipais quanto no estadual, sabemos da divisão de verba: 25% para o Cultura Viva; 25% para a operacionalização; 10% para o subsídio e

60% para o fomento. Nossa reflexão no momento é sobre a gestão eficiente da segunda fase da PNAB, porque vemos os setores com muita carência, os colegiados com muitas dificuldades, os fóruns e os conselhos extremamente enfraquecidos e com uma falta de respeito aos seus posicionamentos enquanto representação civil. Chegamos a esta Casa hoje, com essa união coletiva, preocupadíssimos com todo o exercício dessa função democrática do Governo Federal, para que o recurso chegue até a gente, até as periferias e até as culturas urbanas. Gostaria de pedir à Camila que não se esqueça da gente. A Rede Nacional Reggae, com vinte estados, vem tentando estabelecer o diálogo com a ministra. Se você puder nos atender, estará atendendo vinte estados, nos quais as mulheres estão organizadas. O hip-hop fez e outras culturas periféricas já tentaram esse diálogo. Estamos na expectativa de que o Governo Federal nos atenda até o final do seu mandato. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Muito obrigada. Passo a palavra ao Walter de Souza da Silva.

SENHOR WALTER DE SOUZA SILVA (representante do Colegiado Estadual de Cultura Afro de Mato Grosso do Sul) — Boa tarde a todas as pessoas! Quero pedir licença a Exu, aos meus ancestrais e a Oxossi. Quero saudar os mais novos e os mais velhos. Quero saudar o Babá Franklin, que está na plateia, e o Fernando, que também se encontra aqui. Quero saudar a Mesa e agradecer o empenho e a articulação da Ângela junto à deputada Gleice. Agradeço a presença da deputada Camila, do Israel, da Carol e da Aurora. Bom. Estamos cansados. Estamos cansados de ocupar espaços onde o debate não flui. Eu sou conselheiro também, e por mais que vocês que estão em casa nos ouvindo muitas vezes acreditem que não estamos na luta, digo-lhes que estamos. Mas essa luta é cansativa. A Ângela bem sabe que, quando a gente acirra a discussão, a violência institucional acontece. Ela vivenciou isso. Bem, eu trouxe algumas considerações aqui. O documento já foi encaminhado para o Fesc e depois ele vai se juntar ao relatório. Eu vou ler alguns trechos e tecer alguns comentários. "Considerando a relevância de garantir condições de produção e circulação da cultura tradicional dos povos de terreiros de matriz africana, quilombolas, expressões artísticas culturais, afro-brasileiras, em Mato Grosso do Sul; considerando a necessidade de valorização e promoção da diversidade cultural, inerente ao nosso estado, visando à desconstrução do imaginário social, que demoniza esse segmento; considerando o foco da audiência pública na Política Nacional Aldir Blanc, de fomento à cultura, buscando contemplar as multiplicidades intrínsecas a essa formação social, materializada nas várias linguagens culturais, é que se dispõe sobre as propostas prioritárias que seguem: ofertar editais de premiação e fomento, com linguagem simplificada, acessível e desburocratização, e com foco nos povos de terreiro tradicional de matriz africana; estabelecer uma comunicação mais efetiva dos territórios tradicionais no interior do estado com os órgãos municipais de cultura, etc., aumentando o alcance e promovendo a ampla concorrência... Por que esse foco? Porque a gente ainda precisa dar

visibilidade à nossa identidade afro aqui no estado. Eu já conversei com o Babá Franklin e entendemos que nosso estado tem, sim, uma identidade. A gente não precisa se espelhar em outros estados para falar de cultura afro, se nós temos a nossa. Acontece é que a nossa não circula em espaços de discussão, de poder.... Capacitar os agentes culturais dos povos de terreiro de matriz africana, quilombolas, expressões. Por quê? Por que o nosso fazer cultural tem uma especificidade: a vivência. Ou seja, é no dia a dia, no cotidiano. Por vezes os agentes culturais dos territórios tradicionais de matriz africana não se entendem como os produtores de cultura. Mas existe essa questão de especificidade... Estimular a elaboração de projetos, de conscientização e expansão da salvaguarda dos conhecimentos sobre povos de terreiros de matriz africana, quilombolas, expressões artísticas culturais, a fim de desconstruir a visão distorcida que impera em nosso estado, racismo religioso e de intolerância; e, para além disso, fortalecer e expandir a identidade sul-mato-grossense dos povos de terreiro... Fomentar a circulação dos produtos culturais dos territórios afro... E outro ponto importante é: fortalecer os espaços de diálogos e tornar público, via digital, os documentos que surgem, por exemplo, os relatórios, atas etc." É difícil acessar essas coisas, apesar de haver previsão legal. O Israel sabe o quanto é difícil... Eu falo da necessidade de se fortalecer os espaços de diálogo, respeitando os dispositivos legais, porque muitas vezes o Fesc não foi respeitado, o próprio conselho não foi comunicado oficialmente... *Ah, mas você sabia!*. Olha, os órgãos públicos não funcionam dessa forma. As coisas devem estar escritas. Precisa haver uma materialidade documental para se dizer que a comunicação oficial foi efetiva. Como disse a Jéssica, parece que nós estamos vivendo em 1700, porque ainda estamos discutindo o mínimo. Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Muito obrigada. Agora, passo a palavra ao Carlos Diehl.

SENHOR CARLOS DIEHL (representante do Colegiado Audiovisual) — Boa tarde! Quero saudar as pessoas presentes; a Mesa; deputadas Camila Jara e Gleice Jane; a Aurora, a Carol, a Ângela e o Israel. Eu estou aqui representando o setor audiovisual e gostaria de trazer os pontos de forma bem sucinta. Nós fizemos uma assembleia e deliberamos alguns pontos para tratar de certas reivindicações, principalmente com relação ao edital da Aldir Blanc. Esses pontos já foram comunicados à Fundação de Cultura. Permitam-me um comentário pessoal, que já foi repetido por inúmeras pessoas aqui: a Fundação, ou a Setesc, nos ouve, ou melhor, nos recebe, finge que escuta e simplesmente ignora o que foi dito. Nesta semana, houve um edital de arranjos regionais no qual conversamos e discutimos tudo, mas simplesmente ignoram o que falamos. Ignoram, inclusive, a lei, e fazem as coisas da forma como bem entendem. Isso é um problema. Mas não me deterei neste ponto. Vou focar na carta, que já foi enviada a eles. Com relação à Aldir Blanc, propomos algumas alterações no edital: "A primeira é que a produção de curta-metragem tenha duração de 5 a 25 minutos para se enquadrar nos festivais, inclusive para contemplar a animação, que tem um custo de produção muito maior. Sendo assim,

produções audiovisuais de 5 a 10 minutos também seriam contempladas. Outro ponto importante, no âmbito do audiovisual, visto que temos visto várias pessoas de fora se apresentando como produtores sul-mato-grossenses, é que o proponente resida em Mato Grosso do Sul há, pelo menos, dois anos e possua domicílio eleitoral no nosso estado. A questão do domicílio pode ser problemática, pois uma pessoa pode ter domicílio em vários estados. Isso é bastante complicado, principalmente no que tange à verba do audiovisual. Já observamos isso em vários editais nacionais, devido a arranjos regionais que permitem a produtoras de fora virem para Mato Grosso do Sul apenas para abocanhar recursos de forma mais fácil. Uma questão importante que foi abordada anteriormente é que a comissão tenha, no mínimo, três pareceristas, e que estes não sejam de Mato Grosso do Sul. Isso é crucial. Os nomes também devem ser publicados em Diário Oficial e constar no parecer, porque temos visto vários pareceres nos quais não conseguimos entender de onde as pessoas tiram as notas. É importante que, no mínimo, 20% dos projetos sejam do interior do estado. A questão da análise meritocrática da trajetória específica dentro do campo do audiovisual deve ser considerada para as produções audiovisuais. Portanto, é fundamental a trajetória comprovada no audiovisual. Também propomos elevar o teto para 150 mil reais por projeto. Limitar a participação a um projeto por CPF e vedar a participação desse mesmo CPF como sócio de um projeto por CNPJ. Além disso, propomos eliminar pontuações extras redundantes para evitar a sobreposição de vantagens que gerem distorções no processo seletivo. Unificar os editais para reduzir a burocracia e ampliar a clareza. É essencial inserir uma cláusula que garanta o cumprimento do cronograma por parte da Fundação e da Setesc. Excluir a categoria de finalização de curta-metragem, priorizando projetos que contemplam todo o ciclo complexo de produção." São essas as reivindicações do audiovisual sul-mato-grossense.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Muito obrigada, Carlos. Agora, com a palavra, o Hednilthon Moraes. Depois, falará a Mariane Lopes.

SENHOR HEDNILTHON MORAES BENDER — (representante do Colegiado Setorial Ballroom de MS) — Boa tarde a todas as pessoas! Eu sou o professor Hednilthon Moraes, conhecido como Afrodite Fetac. Faço parte do conselho. Hoje, estou aqui representando o Colegiado Setorial Ballroom de Mato Grosso do Sul. Serei breve, pois estou com medo da moça da plaquinha, que fica rondando a gente... Farei os apontamentos mais direcionados à nossa escuta. Acho que muito já foi dito aqui sobre o fato de falarmos e não sermos ouvidos. Portanto, espero que esta seja realmente uma escuta, onde as pessoas estejam atentas ao que será dito e que possamos pontuar melhorias para o próximo ciclo. Tivemos um primeiro ciclo que não foi bom, e isso ficou muito claro para todas as pessoas presentes. Viemos aqui para pontuar o porquê de ele não ter sido bom. Podemos começar pelo processo de elaboração. A escuta pública escutou quem? Se o Fesc, o colegiado e o conselho não foram convidados, quem vocês estavam ouvindo?

Baseados em que experiência construíram um edital para diversas vertentes? Com quais informações, com quais indicativos? Vou usar a forma mais coloquial possível: "Vozes da minha cabeça". "Acho interessante, bonitinho, então vou colocar dessa forma." Isso é desrespeitoso. Outro ponto, já abordado pela Jéssica, é a questão dos 10% da PNAB destinados para operacionalização. Para que seria essa operacionalização? Primeiramente, para termos um local para conversar, para trocar ideias, para entender o que está acontecendo. Por exemplo, quando saiu a primeira lista da PNAB, era uma lista de nomes, e ninguém sabia se era por ordem de colocação ou de pontuação. Logo depois, saiu a segunda lista, com uma ordem já diferente. E, novamente: "Vozes da minha cabeça". "Acho que entraram pontuações extras, acho que entrou isso, acho que entrou aquilo." Depois saíram os resultados dos recursos, mas apenas os pontos do recurso. Eu não sabia se quem recebeu recurso subiu ou desceu, se meu projeto entrou ou não entrou. Onde está o canal de escuta para esclarecer essas dúvidas? Com quem podemos dialogar?... Outro ponto que deveria estar dentro desses 10% é a relação com os pareceristas. Estamos falando de múltiplas linguagens, e cada uma tem suas especificidades, como o hip hop e o ballroom já pontuaram. Não dá para ter a visão de que ballroom é dança e hip hop é break. Não! Se a pessoa não tem a profundidade necessária sobre o tema, ela não deveria opinar. E se não tem, há 10% do recurso para contratação de pessoas que tenham capacidade intelectual para desenvolver esse debate e elaborar pareceres. A Lívia acabou de pontuar que alguns projetos que ela recebeu continham um parecer do tipo "projeto relevante". Amiga, eu a parabenizo, porque eu não recebi nenhum parecer sobre os meus projetos. A resposta era, literalmente: "finalizado." Essas coisas estão acontecendo. Nós estamos rindo aqui, mas, a bem da verdade, é desrespeitosa a forma com que tratam as pessoas, os artistas. Outra situação que ocorreu na PNAB, e que já foi pontuada, foi o caso de transfobia dentro do edital, que retirou pontuações de mulheres trans. Isso aconteceu. Não há como negar. Os colegiados se posicionaram. A Aurora, que está presente, foi uma das pessoas que passou por isso. A Morder Naulank passou por isso também. Eu pergunto: isso vai acontecer no segundo ciclo? O que será feito para evitar isso? Haverá a inclusão de mecanismos que garantam a participação de pessoas trans e o uso do nome social, sem que seja necessária a retificação? Quais mecanismos serão adotados para o segundo ciclo, para que isso não volte a ocorrer? Nós do ballroom queremos saber isso. Vamos lá! Também falamos sobre a questão da divisão por categorias. Repito: não dá para colocar todo o mundo no mesmo balão de artes cênicas, e muito menos enfiar movimentos culturais como o hip hop e o ballroom em uma única classe. Isso é muito desgastante, porque já vem acontecendo em editais Brasil afora. Mas aqui em Mato Grosso do Sul já obtivemos essas conquistas, e as estamos perdendo. Por exemplo, o Felipe falou sobre a Lei Paulo Gustavo, que tinha a classe ballroom, tínhamos projetos específicos de capacitação, de fomento, de produção de eventos, de produção de ball. E conseguimos pensar também no desvio de verbas. Eu preciso de um valor específico para uma produção de ball e outro valor específico para a produção de formação, de capacitação, de intercâmbio. Então, como eu consigo

trazer essas propostas e não simplesmente criar uma classe onde se trata a arte drag e o transformismo junto da cultura ballroom? Ambas são multilinguagens que desempenham outras funções. Além disso, existe drag na música, no sapateado, na dança. Ballroom é um movimento que fala sobre moda, sobre beleza, sobre acolhimento, sobre movimentação sexual, sobre saúde. Hoje, a ballroom se movimenta. Temos um calendário independente com mais de quarenta e cinco ações, movidas de forma independente em Campo Grande, Dourados, Paranaíba e Nova Andradina. Eu acabei de retornar de quinze dias de programações independentes de Dourados, onde acessamos desde instituições originárias dentro das aldeias até instituições trans dentro das universidades. Acabei de comentar com o Felipe Sampaio sobre a minha felicidade de estar no Naque, que é uma instituição distante da cidade, em uma noite muito fria, e ela estava lotada de pessoas querendo consumir e acessar a ballroom. A ballroom é movida por pessoas negras e por pessoas trans. Quando falamos disso, estamos falando da excelência do trabalho desempenhado por essas pessoas em todas as suas ações. Prova disso foi o Brasilidades, dentro do Campão Cultural, que, inclusive, é outro festival que tem vaga destinada para a ballroom; o evento teve o maior público dentro do festival. Eu fui do tema, mas está bom, nada pessoal. Nós gostaríamos muito que esse diálogo fosse aberto mais vezes, para que pudéssemos pontuar o que deu certo e o que não deu certo. Acreditamos em uma construção conjunta, coletiva, em pensar que tentamos, deu ruim, mas, com tudo o que foi construído, não precisamos voltar e derrubar tudo para começar novamente. Temos um movimento, temos pessoas muito bem qualificadas para possibilitar e criar o espaço juntas. Eu agradeço muito. Boa noite a todos!

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Muito obrigada, Afrodite. Agora, a Mariane vai usar a palavra, e, na sequência, a Graciele Nonato.

SENHORA MARIANE LOPES (Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro de MS) — Boa tarde a todas, todos e todes! Eu sou a Mariane Lopes, mulher negra, candomblecista, fazedora de cultura e realizadora de audiovisual. Estamos aqui hoje, eu e a Gabriele Dias, representando a Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro - Apan. A Apan é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, apartidária, que atua nas cinco regiões do Brasil. Desde 2016 nós reconhecemos como um movimento negro e defendemos as ações afirmativas como princípio e estratégia fundamental para garantir a inclusão da população negra no setor audiovisual e combater o racismo estrutural. Nossa missão é clara: consolidar a presença de pessoas negras no audiovisual, promover narrativas que valorizem a negritude e transformar percepções, abrindo caminhos para mais profissionais negros e negras ocuparem os espaços das políticas públicas e do mundo do trabalho. Hoje, nesta audiência pública, trazemos contribuições para melhorar a aplicação da PNAB, especialmente no que diz respeito às cotas e à reserva de vagas previstas na Instrução Normativa nº 10 de 2023. Não basta ter cotas no papel, é preciso garantir que

existam pessoas racializadas nos pareceres e nas bancas de avaliação. Propomos cotas para pareceristas, a abertura de um cadastro nacional de avaliadores negros e indígenas, e cotas para a participação desses profissionais em todos os processos seletivos referentes a este edital. É indispensável manter as pontuações extras. Essa política tem dado resultado. Por exemplo, no edital da Lei Paulo Gustavo de Mato Grosso do Sul, mais de quarenta projetos de pessoas negras e indígenas foram aprovados e executados. Muitos dos proponentes estavam realizando seus projetos pela primeira vez, e isso é um avanço, é a democratização de acesso. Retirar essa ferramenta seria um retrocesso, por isso defendemos que ela seja mantida. A heteroidentificação precisa ser séria e qualificada. Propomos bancas formadas majoritariamente por pessoas negras e diálogo com movimentos negros e grupos já atuantes no estado, como o Grupo Tez, representado aqui pela Bartolina Ramalho; e propomos ainda a formação de parceria com comissões públicas que já têm experiência neste trabalho. É preciso fiscalizar e monitorar os projetos que recebem ações afirmativas, também é necessário que esteja claro a quem recorrer quando essas ações forem violadas. A Apan ainda reforça que os projetos que recebem cota ou pontuação extra por terem uma equipe negra ou indígena só devem substituir esses profissionais por outros, igualmente racializados, da mesma área. Reconhecer empresas vocacionadas para reparações históricas, que são empresas com maioria negra na gestão e nas equipes, que produzem conteúdo com recortes racializados e que são geridas por pessoas negras. O que defendemos aqui é representatividade e reparação histórica. Para isso, é imprescindível garantir que os recursos públicos cheguem a quem foi desconsiderado ao longo da história. A Política Aldir Blanc é uma oportunidade concreta de fazer isso; mas, para funcionar de verdade, as ações afirmativas precisam ser protegidas, fortalecidas e fiscalizadas. Acho que já disseram aqui o que vou dizer, mas vou repetir para enfatizar. Infelizmente, o Colegiado de Audiovisual não me representa, não representa a Apan e não representa o audiovisual negro. Por isso estou aqui, enquanto Apan, para falar não só do audiovisual negro, mas também do audiovisual indígena, da comunidade LGBTQIAP+ e das mulheres produtoras de audiovisual. O óbvio tem que ser dito: mesmo com as cotas e a Instrução Normativa nº 10, a gente precisa reafirmar isso e ter isso neste segundo ciclo da PNAB. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Obrigada, Mariane. Agora, com a palavra, a Graciele Nonato. Depois, falará a professora Rosana.

SENHORA GRACIELE NONATO (Cultura Indígena e Artistas de Coxim) — Boa tarde! Peço licença à mulher indígena mais velha presente neste território, a senhora Suzy Guarani. A sua bênção. A minha bênção, babá. A minha bênção às mulheres mais velhas presentes aqui. Gostaria de começar agradecendo a esta Casa pela escuta. É raro uma mulher indígena, do interior, ter uma oportunidade com esta, de estar frente a frente com vocês e falar pessoalmente sobre o que queremos fazer com relação à cultura.

É fácil falar sobre indígenas, pegar os nossos rostos, a nossa cultura, o nosso artesanato, levar até as telas, até os documentários, e não deixar nada. Levam nossa cultura às peças de teatro e aos festivais, e não deixam nada dentro das comunidades. Então, é sobre essa representatividade de voz, pela voz e por nossa voz que estou aqui junto com a senhora Suzy Guarani. Estamos aqui para falar sobre a cultura indígena em Mato Grosso do Sul, o segundo estado do país que mais mata indígenas. Com relação à construção dos editais, em nenhum momento algo foi perguntado para nós indígenas. Qual seria o método adequado de falar a linguagem dos povos originários e entender como chegar até eles? Porque muitos de nós não falamos português, muitos de nós estamos em territórios distantes, muitos de nós queriam estar aqui, mas não tinham dinheiro sequer para pagar o Uber. Então, chegar até os povos originários, até a ancestralidade, através da construção deste edital, é o básico. Como eu disse, querem os nossos rostos, querem a nossa cultura, querem fazer documentários sobre nós, mas não querem a nossa presença na mesa para construir e debater sobre a causa indígena. Não querem sequer ouvir a nossa voz. Não nos consultaram sobre a construção da PNAB, não nos consultaram sobre a organização desses editais, não nos consultaram sobre as nossas proporções. As cotas são ótimas. Nós estamos em um estado onde a maioria é indígena, nossa cultura existe e está aqui, resistindo. Precisamos pensar em proporção, que está completamente desigual. Nós viemos reivindicar justamente essa noção de identidade. Quando eu falo a respeito das cotas, nós agradecemos muito por uma coisa que nem deveríamos estar agradecendo, que é a nossa presença dentro da PNAB. Nós deveríamos estar ali, e pronto. Porque este território não é do agro, este território é dos povos originários, e nós existimos. Mas quando falo sobre cultura, falo também para as pessoas que fazem projetos e nos querem apenas para cumprir cota, falo também das pessoas que querem escrever editais e nos querem apenas para cumprir cota. Nós temos força e razão para falar sobre nós, e somos nós que devemos falar sobre nós. Queremos estar presentes nas mesas, falar sobre a nossa cultura, dar a nossa opinião, construir os editais. Nós não queremos ser apenas massa de manobra para cumprir cotas, queremos fazer parte de um processo transformador. Porque se isso não existe dentro das comunidades originárias, fere-se o princípio básico da PNAB, que é a democratização da cultura. É preciso levar a cultura a todos os lugares, inclusive às nossas comunidades. Para encerrar, quero falar rapidamente a respeito do interior. Eu sou de Coxim, cidade que amo, cidade onde nasci, e sou apaixonada pela cultura de lá. Como coxinense, interiorana da região norte, uma das regiões que mais sofrem com a falta de oportunidade no que tange à cultura, falo das PNABs. Se vocês não perceberam, 70% da verba das PNABs foram destinadas a campo-grandenses. Não estou dizendo isso por questão de capacidade ou não, estou falando porque Campo Grande tem todas as proporções necessárias para estar aqui presente, por exemplo, e o interior não. Porque Campo Grande tem acesso mais fácil a vocês, ao fórum, ao conselho, aos parlamentos, e o interior não. "Ah, vamos capacitar o interior para poder fazer editais!". Isso é excelente, mas não basta. É preciso exigir um acompanhamento do interior. Na minha cidade, os

artistas não sabem nem ler, nem mexer em um edital on-line. Eu moro em Coxim. Os artistas de lá têm mais de sessenta anos, e não sabem ler e escrever. Na minha comunidade, não sabem ler e escrever. Como eles vão fazer editais? Como vão se capacitar para isso, se não têm o básico, que é saber ler? É preciso um acompanhamento direto e efetivo no que diz respeito à participação da nossa comunidade na elaboração dos projetos. Porque, senão, mais uma vez, fere o princípio básico da PNAB, e há orçamento para isso. Há orçamento para isso! Uma das coisas que pensamos a respeito — inclusive estamos com uma petição sobre essa regra de proporcionalidade — é que 'dois terços' desse valor dos editais sejam assegurados para os setenta e oito municípios do interior. Porque não é justo 70% da verba da PNAB ficar em Campo Grande e não ser distribuída corretamente para o interior. Isso nos faz pensar que 98% da população de Mato Grosso do Sul, que tem dois milhões de pessoas, está em Campo Grande. Então, a grande maioria das pessoas que precisam receber essa verba não estão recebendo. Preciso chamar a atenção para isso e entender que a PNAB fala sobre democratização cultural, e isso não está acontecendo. Muito obrigada. Axé para todos!

SENHORA ROSANA VANESSA FAGUNDES VALENTIM DE GODOI
(diretora de Cultura, Arte e Popularização da Ciência - UFMS) — Boa tarde! É muito bom estar aqui. Quero cumprimentar a Mesa, a deputada Gleice Jane, a deputada Camila e todos os presentes. Gostaria de cumprimentar a Mesa, a deputada Gleice, a deputada Camila e todos os presentes. É uma grande satisfação ter nesta Mesa dois ex-alunos: Camila e Israel. Isso mostra o quanto a educação, a cultura e a arte são fundamentais para a formação de todas as pessoas. Fico muito feliz em tê-los aqui. Atualmente, eu sou diretora de Cultura e Arte da Universidade Federal. Temos batalhado, dentro dos desafios que enfrentamos, para incluir todas as discussões e participar do fomento cultural, tanto nos municípios onde a universidade tem câmpus, quanto nos que nos procuram. Diariamente, a diretoria é procurada para apoiar artistas e produções locais. Estamos avaliando as condições dos nossos equipamentos culturais. Temos o principal teatro de Mato Grosso do Sul, o Teatro Glauce Rocha, e não conseguimos atender a todas as solicitações. Isso nos mostra o quanto precisamos expandir nossos espaços. Criamos o Memorial Glauce Rocha com a ideia de honrar a memória das nossas artistas, especialmente aquelas que são pouco lembradas, estudadas e mencionadas. Além disso, temos outros equipamentos culturais, como o Memorial Henrique Spengler, que são abertos ao público para tornar o conhecimento artístico e a produção cultural mais acessíveis em todos os locais. A professora Camila tem demonstrado grande preocupação em desenvolver todas essas iniciativas. Conseguimos, pela primeira vez, oferecer a Bolsa Artista, destinada aos nossos acadêmicos dos cursos de Artes Visuais, Música e Audiovisual, para que se dediquem à produção. Esse é um avanço imenso para nós, pois mantém esses alunos estudando e produzindo arte em suas linguagens. Como professora do curso de Artes Visuais, sabemos que tudo começa na sala de aula. Temos a educação formal e a educação não formal, e ambas são importantes, mas a sala de aula é fundamental. Alguns colegas pontuaram a

necessidade, que já existe há muito tempo, de organizar concursos públicos para professores de arte. É crucial respeitar as diferentes linguagens: um professor de música não pode lecionar artes visuais, e assim por diante. É essencial que as áreas de teatro, dança, música e artes visuais sejam valorizadas e que os profissionais cheguem à escola com suas especificidades, e que isso também conte com os processos fora da escola. Hoje, temos uma exposição que percorre todos os campus, levando nosso acervo. Isso tem sido um desafio imenso e exige um grande esforço financeiro. As pessoas pensam que a universidade tem dinheiro, mas nós também fazemos captação de recursos, conversamos e elaboramos projetos com o apoio de instituições como a Fundect. É uma série de ações para desenvolver pesquisa, extensão e ensino, o tripé que sustenta a função da universidade. Temos levado nossos artistas para que os acadêmicos e a população de todos os municípios possam conhecê-los. Estamos aqui para nos colocar à disposição com relação aos equipamentos culturais. Tivemos muitos eventos e estamos realizando o Festival Universitário da Canção (FUC), que existe desde 1987 e tem um grande valor afetivo para a maioria das pessoas. Ele está aberto ao público, embora tenhamos dificuldade em atrair plateias. Compreendemos o papel da formação de público, e a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) é um caminho fantástico para isso. Semana passada, em Três Lagoas, houve a apresentação de um grupo de teatro da universidade que recebe fomento da PNAB. A diferença é notável quando isso acontece, pois o recurso é fundamental. Embora a universidade não possa receber o recurso diretamente, os próprios grupos o utilizam para realizar todo o processo. Estamos à disposição, pois também somos procurados para ajudar na elaboração de projetos e na escrita para editais. Sabemos o quanto difícil é atender a tudo que é solicitado. Se nós, na universidade, entendemos essa dificuldade, compreendemos perfeitamente como isso chega às comunidades. É muito difícil, por isso temos tentado dar esse apoio na escrita, fomentando e incentivando. Agradeço muito, deputada, por este espaço, por ouvir todas as pessoas e por me permitir conversar. Estamos abertos a todos, a todas e aos projetos que surgirão a partir daqui. Um abraço a todos. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) —

Obrigada, professora Rosana. Agora, convido o vereador Franklin. Já aviso que o público reivindicou que o vereador Franklin e o Elias estivessem à Mesa. Mas recebi o recado de que eles disseram que a Mesa cheia de mulheres estava muito bonita, por isso não vieram. Mas a responsabilidade por não estarem aqui é deles. Franklin.

VEREADOR FRANKLIN SCHMALZ - PT (presidente da Comissão de

Cultura de Dourados) — Boa tarde a todas as pessoas presentes! Agradeço à deputada Gleice Jane pela realização deste evento. E, em nome dela, cumprimento as autoridades e os representantes que estão aqui hoje. Eu sou Franklin, vereador em Dourados e presidente da Comissão de Cultura da Câmara de Vereadores. Quero fazer algumas contribuições para não ser repetitivo, pois o Danilo já abordou alguns dos nossos principais desafios na cidade.

Contudo, faço questão de registrar que viemos. Meus assessores Rodrigo e Rosana também estão aqui e têm acompanhado essa pauta conosco. Temos trabalhado em conjunto com o fórum e o conselho para progredir em algumas demandas. De forma rápida, quero dizer que nós identificamos a ausência de financiamento municipal e a falta de estrutura e gestão. A Secretaria de Cultura do nosso município tem apenas oito servidores no momento. Bibliotecas estão fechadas por falta de profissionais da área. Nosso teatro está fechado, precisando de reforma. Aparentemente, o problema que atrasou a reforma foi o excesso de dinheiro. É lamentável. Infelizmente, também temos a necessidade de institucionalizar a política cultural. Acredito que esta seja uma das nossas principais lutas. Nosso município não possui um Plano Municipal de Cultura. Nossa reivindicação é que ele seja aprovado este ano, pois, se não for, seremos muito prejudicados em termos de financiamento, da própria PNAB e de outras políticas. Recentemente, o fundo passou a operar, mas não estava por uma questão de burocracia. Estamos aqui — fiquei muito satisfeito com a fala da colega de Coxim, desculpe, ela disse "norte", eu desassociei — lutando pela necessidade de descentralização dos recursos. Não é uma disputa entre cidades. Precisamos focar em uma disputa de ações, do tipo de ações que existem e do tipo de circulação cultural de que estamos falando. Nossa cidade não possui nenhum evento grande organizado pelo poder público, como um grande festival, por exemplo. Isso é um problema, mas a resposta não é, necessariamente, ter um festival. Podem ser outras ações. Atualmente, os eventos promovidos pelos coletivos, pelas organizações, pelos produtores e criadores de cultura estão extremamente prejudicados por não encontrarem apoio na Fundação de Cultura ou em outros tipos de financiamento. Estamos entrando agora na disputa das emendas, o que não é o ideal, mas teremos que entrar também, pois, se não, não teremos nada, já que todas as portas estão se fechando. Quero dizer a vocês, especialmente a quem faz parte de movimentos coletivos, que somente a luta social é capaz de mudar a realidade. A PNAB e a Lei Paulo Gustavo são frutos dessa luta. É ruim ter que lutar pelo óbvio, e vejo que as falas aqui demonstram que as pessoas estão cansadas. Nós legisladores, nós que estamos cumprindo mandato, temos responsabilidades constitucionais, então é o nosso trabalho. Lutar pelo óbvio não deveria ser necessário, mas estamos em um momento de disputa por esse recurso e por essa política cultural. Ela foi conquistada, mas agora está em disputa. Pensem em sessenta milhões de reais. Eu e a Elisa estávamos comentando aqui que é muito dinheiro, muito recurso. E onde há muito recurso, há interesses econômicos e, consequentemente, políticos. Há o interesse de corromper a utilização desse recurso, de usá-lo para reafirmar narrativas culturais que beneficiam as maiorias em detrimento das minorias. Portanto, estamos em disputa por esse processo de utilização do recurso, e, portanto, precisaremos de mais lutas. Nesse sentido, e entendendo que nós que temos mandato temos responsabilidades, eu gostaria que pensássemos coletivamente sobre como podemos ajudar, usando os instrumentos dos nossos mandatos, como fiscalização e denúncia, pois, se há irregularidades, se há distorções, se há regramentos dos editais que não estão sendo cumpridos, precisamos

cobrar a responsabilização dos agentes públicos, e os agentes públicos nos municípios, seja por falta de capacidade técnica ou por carência de recursos humanos, podem cometer essas irregularidades. Ou, ainda, simplesmente por não ter interesse em financiar projetos e elaborar editais de forma correta, pois precisam beneficiar amigos, comissionados e aliados do prefeito. Portanto, precisamos construir, e eu gostaria de pedir ajuda para pensar em quais instrumentos legais podemos utilizar para buscar a denúncia, a apuração e a responsabilização pela má aplicação dos recursos dos editais e da legislação. Acredito que uma experiência que estamos iniciando em Dourados, embora não estejamos inventando a roda, é a de trabalhar em conjunto com o conselho e o fórum. Em apenas seis meses de mandato, eu e Danilo percebemos que uma das dificuldades do fórum e do conselho na relação com a gestão era que, muitas vezes, a gestão enviava a Procuradoria do Município para responder aos questionamentos. A Procuradoria, investida de poder institucional, utiliza-se desse poder para calar ou amedrontar o Conselho da Sociedade Civil. Assim, chegamos à conclusão de que precisamos de uma assessoria jurídica também para a sociedade civil. E como pagar por isso? Nosso mandato está oferecendo essa ferramenta para o Conselho e o Fórum, com a intenção de ajudá-los a entender o processo. Acho que há outro elemento importante, que já discutimos em Dourados, e estou tentando apontar caminhos, seja o fato de que os coletivos e produtores de cultura, ao fazerem o enfrentamento, sofrem represálias nos próprios processos de edital. E eu, que já me coloquei à disposição, penso que nós, que temos mandato e somos um pouco loucos, somos do PT, somos de esquerda e somos anticapitalistas, estamos aqui para fazer esse enfrentamento. Que possamos ser a linha de frente nesses processos, para também proteger e dar alguma salvaguarda a essas pessoas que precisam desse trabalho para viver. Nesse sentido, Gleice, é importante pensarmos, assim como a Camila e os outros mandatos, como podemos auxiliar, dando sustentação para os mandatos. Nós podemos expor a situação e fazer a mobilização popular por meio da denúncia pública. Mas também é crucial pensar em como buscar a responsabilização desses agentes que estão descumprindo a legislação ou não agindo conforme deveriam. Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Obrigada, Franklin! Agora, com a palavra, a Suzy Guarani. Depois, falará o vereador Elias Ishy.

SENHORA SUZY GUARANI (Aldeia Água Bonita) — Boa tarde a todas e a todos! Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da deputada Gleice Jane e da Caroline Domingues. Eu vim a este evento porque a agenda de hoje à tarde chegou até nós, através do mandato da Luiza Ribeiro. Fui contemplada no edital do Minc, da Lei Aldir Blanc, como mulher indígena, integrante e uma das fundadoras do Coletivo Kaguateca, de mulheres indígenas de Campo Grande. Eu fiquei aqui ouvindo a fala de todos. Penso que, como mulher indígena, a dificuldade que enfrentamos para ter acesso a qualquer coisa é imensa. As falhas que vejo neste edital talvez tenham ocorrido por culpa do Movimento Indígena,

porque a Caroline nos convidou várias vezes para participar do conselho, mas algumas datas não se encaixaram. Existe a falha da participação do povo indígena? Sim. Existe a questão do acesso, que não temos, pois não dispomos de recursos para participar desses conselhos e das ações realizadas nos municípios e no estado como um todo. Mas também vejo como um grande avanço. Ano passado, a vereadora Luiza Ribeiro fez seis audiências públicas da Lei Aldir Blanc em Campo Grande, das quais participamos. Participamos de várias, inclusive em aldeias indígenas como a minha, a Água Bonita. Por causa desse entendimento e participação, pudemos ter esse acesso, com a ajuda do comitê. Como o companheiro de Dourados disse, acho que existe muita política do Governo do Estado sobre esses programas do Governo Federal, e temos que estar atentos a isso. Eu, como sou de esquerda e faço política para o Lula, acho que temos que colaborar para que venham mais programas para o Estado de Mato Grosso do Sul, para que outros municípios sejam contemplados. Falo por comunidades indígenas, para as quais este acesso não chega. E quando chega, existe a burocracia. Agora, como um nhandeci da casa de reza vai fazer esse processo para passar no edital, para fortalecer a sua reza, para fazer seus artesanatos para vender dentro da casa de reza, para participar de uma feira? Como vai ser isso? Acho que temos que colaborar mais para desburocratizar esse acesso para nós povos indígenas, mulheres indígenas, e ajudar a contemplar todas e todos também. Acho que é isso. Temos que nos juntar para nos fortalecer, para pensar em conseguir mais recursos para Mato Grosso do Sul, e em formas de fortalecer a nossa participação. Digo isso porque me senti assim quando fui assessorada. Comentei com a minha técnica: "Poxa, meu Deus, como vai ser lá na aldeia?". E olha que eu entendo um pouco de projeto, tenho um pouco de acesso, mas fiquei morrendo de pena... Mas, ao mesmo tempo, fiquei feliz, porque a gente foi contemplado, não é, Gleice? E a gente não pensou só em nós, pensou nas nossas bases, pensou nas nossas mulheres que sonham em ter uma feira específica para mulheres indígenas... Eu vim de Dourados com cinco anos de idade. Dourados é a nossa maior aldeia, com mais de vinte mil famílias, e não tem nenhum centro cultural para nós mulheres expormos nossos artesanatos, para podermos sobreviver dentro daquela aldeia, onde ainda existem crianças e mulheres morrendo de fome. Temos que ver tudo isso. Não olho só para mim, para as mulheres daqui, eu vejo a base. É isso. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Muito bom, Suzy. Obrigada. Agora, passo a palavra ao vereador Elias Ishy. Por último, ouviremos a Lucimar Maldonado.

VEREADOR DE DOURADOS ELIAS ISHY (PT) — Boa tarde! Quero cumprimentar a Mesa, em nome da deputada Gleice Jane. Deputada, esta audiência pública traz o povo aqui para falar das suas dificuldades, bem como de suas sugestões. As falas de quem está na base são muito ricas. Acreditamos que, com a participação das pessoas, podemos melhorar as políticas públicas. Quero dizer que vou trabalhar em cima dos recursos que são repassados para os municípios do interior. Eu achei que era só Dourados

que sentia o problema, mas acho que outros municípios também enfrentam a mesma situação. Os recursos ficam para o Estado distribuir para os municípios — o setenta e nove municípios —, e eles ficam nos municípios, que é onde as pessoas moram. Então 50% ficam no Estado para atender a critérios políticos , e quem está na base, no interior, nos municípios, fica com 50% também. O que acontece? Se no nosso município de Dourados, a maior cidade do interior, as coisas funcionam assim, imaginem nas cidades menores, como deve ser o abandono. Os artistas e a cultura em nossa cidade são pouco valorizados. Agora, com a Lei Aldir Blanc, a situação tem melhorado. Quero fazer uma defesa: temos que mudar, por meio de lei, esse critério de 50/50. Tem que ser muito mais, tem que chegar a 70%, 80%, 90%. Por quê? Porque, como foi dito aqui, no estado, os festivais de Corumbá e Bonito, entre outros, são realizados sem participação. Não há fórum, e quem está nos municípios não participa da discussão. Portanto, a cultura tem que chegar à base, onde as pessoas e os municípios estão. E se o recurso para os municípios aumentar, como o exemplo que o Danilo colocou aqui, de querer mandar um recurso para outro lugar, o fórum foi lá e disse: "Não. Tem que ser assim e assado". Se o dinheiro for para um município pequeno, os artistas locais se mobilizam, se capacitam e dão um direcionamento adequado. Por isso, vou fazer uma sugestão à deputada, e quem sabe saia desta audiência uma indicação para a Assembleia, para o Congresso Nacional — estava aqui a deputada Camila —, no sentido de que se mudem esses critérios, que se faça uma discussão para mudar os valores e aumentar os recursos para os municípios, para de 50% passar para 80%, 90%, como já foi dito. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Obrigado, vereador Elias Ishy. Passo a palavra, agora, à Lucimar Maldonato.

SENHORA LUCIMAR MALDONATO (conselheira de Cultura do Estado de MS) — Boa tarde a todos! Eu só quero complementar tudo que já foi dito aqui e dizer a vocês que, como conselheira de cultura, eu até já recebi um apelido do nosso diretor-presidente, é dona encrenca. Quero dizer que, pela cultura, vou permanecer com este apelido por muito tempo, porque serei a *dona encrenca* dentro desse Conselho. Achei muito importante tudo que foi dito aqui. Eu sou artesã e não estou aqui para falar pelo artesanato. Quero dizer que hoje pela manhã, dentro do Colegiado de Artesanato, coloquei um texto um pouco extenso porque não vi nenhuma articulação dentro dos colegiados de artesanato sobre esta audiência. Estou vendo o apagamento de algumas áreas por essa gestão, infelizmente. Outra coisa que quero pontuar é que, alguns dias ou talvez semanas atrás, perguntei para Ângela se a gente tinha um advogado no Fórum Estadual de Cultura (Fesc), e a resposta foi "não". Quero pedir um apoio dos vereadores e desta Casa para que tenhamos esse suporte junto ao Fórum Estadual de Cultura. Eu já repassei isso para o Conselho, porque tenho recebido denúncias. Eu fiquei muito feliz com a fala dos vereadores de Dourados. Ouvir que Dourados está oferecendo apoio é muito importante. E eu quero dizer que, enquanto não assumirmos o nosso local de fala, só vamos perder. Esta Casa

poderia estar lotada hoje. Estou acompanhando aqui pelas redes sociais e também achei a audiência baixa. Os municípios poderiam ter acessado mais e estar participando disso, porque é importante para nós, é a nossa classe... Para quem é a 'Plataforma Prosas'? Nós estamos falando, gente, porque a cultura não nasce somente em uma sala de aula, ela nasce no berço dos povos brasileiros. E essa cultura, muitas vezes, como já foi dito aqui, não é escrita; e a Plataforma Prosas não é feita para o público 60+. Eu tenho 50 anos e tenho dificuldade, porque não tenho essa formação. Agora, eu fico pensando, e digo algo a vocês: eu sou artesã por decisão, por escolha, não por necessidade, graças a Deus, e valorizo muito mais os artesãos por necessidade, pois eles não tiveram oportunidades. Quero dizer mais: o artesanato sul-mato-grossense movimenta a economia de forma que muitas pessoas não sabem. Quando vamos para uma feira fora do estado, trazemos um movimento financeiro de mais de 500 mil reais, e esse dinheiro é injetado nos municípios, principalmente na Capital. O artesanato abrange inúmeros municípios e diversas culturas, especialmente a cultura indígena. Então, fico muito triste em ver o distanciamento que esta gestão atual está fazendo com a nossa área. Nós não fomos convidados para participar dessas audiências públicas e nem tivemos acesso a relatórios. E quando fomos comunicados, em nossa última reunião, sobre a assembleia de hoje, foi dito a nós conselheiros que esta audiência só serviria para o próximo ano, para a próxima etapa, e não para a segunda ou a terceira. Quero ressaltar que nós conselheiros de cultura não temos conhecimento algum de qualquer audiência pública que tenha sido feita neste estado. Quero deixar registrado: nós conselheiros de cultura não temos participação alguma nas audiências públicas. Foi-nos cortada a participação como apoio. A nossa participação foi impedida até mesmo por questão de informação. Ficamos sabendo em reunião que iam existir as escutas públicas, porém não nos foram passados as datas e os horários delas. Até mesmo quando nos colocamos à disposição para acompanhar essas audiências por meios próprios, nos foi negado o direito de participar. Foi negada a informação sobre horário e data em que aconteceriam as audiências. Para encerrar, quero relatar o que o Conselho tem sofrido. O Conselho de Cultura do Estado não foi colocado lá por indicação; nós fomos eleitos para estar lá. Aquela Casa tem a obrigação de nos ouvir e nos respeitar. Não podemos mais aceitar simplesmente sermos conduzidos, que é o que está acontecendo, infelizmente. Enquanto conselheira, posso dizer a vocês: estamos sendo conduzidos, não estamos sendo ouvidos. Nada é passado para o Conselho. Assim como vocês, nós também só ficamos sabendo das coisas pelas redes sociais. É muito triste. Eu deveria estar lá 'subindo na mesa', mas a gente é encurralado. Infelizmente, nosso direito de fala é tirado, e quando a gente bate de frente, acaba sendo excluído, não só como conselheiro, não só como fazedores de cultura. Não! Eu estou dizendo que a gente é excluída enquanto conselheira. Estou sendo perseguida de diversas formas enquanto conselheira. As pessoas que trabalham comigo diretamente — porque sou fazedora de cultura, não sou só artesã, eu também faço a projeção desses artesãos no mercado — também estão sendo perseguidas. É muito triste tudo isso. Há dois ou três anos, estivemos nesta Casa lutando

pelo público 60+. O processo deve estar em alguma gaveta por aí até agora, porque nós nunca obtivemos retorno, não vimos o processo caminhar. Não podemos ficar somente com a PNAB. Vamos buscar nossos espaços de fala e nossos direitos. Nós somos fazedores de cultura. A Fundação de Cultura só existe porque nós estamos aqui. Se não houvesse os fazedores de cultura, não existiria esse *cabide de emprego* que há no Governo e nas políticas públicas. Então, eu acho que merecemos um pouco de respeito, e não estamos conseguindo esse respeito merecido. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) —

Bom. Depois de sugestões e muitas denúncias, quero dizer que esta audiência pública é consequência justamente da falta de espaços de escuta no processo que a própria Fundação e a Secretaria fizeram. O Fórum nos procura e diz: "Olha, nós precisamos fazer uma audiência pública para criar esse espaço de fala, para ouvir a comunidade, porque ninguém foi ouvido." Então, esta audiência é, de fato, resultado desse processo. E o que você disse é importante frisar: "Vamos ter que continuar lutando, resistindo, fazendo cultura e fazendo movimento." Tenho percebido também um pouco da dificuldade de quem está envolvido no processo das produções das feiras criativas, que também são um momento para fomentar a cultura e o artesanato. Percebemos que, além de não haver incentivo, há uma tentativa de dificultar as coisas em todos os locais. Percebo isso aqui em Campo Grande e lá em Dourados. Há muitas reclamações. O pessoal tenta organizar as feiras, mas, apesar de se falar tanto em valorizar o empreendedor, o empreendedor artista tem muita dificuldade de trabalhar no estado justamente porque há pouca compreensão de que esse trabalho é importante e de que ele movimenta a economia do estado. Então, como a nossa colega Lucimar disse: "Vamos continuar conversando." Eu tenho dito, inclusive no processo de enfrentamento da violência contra as mulheres: na política, há uma palavra que todo mundo — principalmente os homens brancos e os ricos — diz: "Cifras". São milhões, bilhões, enfim. Agora, quantos milhões de reais o Estado investe na cultura? Quantos milhões? Vamos ter que começar a discutir sobre milhões. Nós queremos milhões. Parece que é esta a linguagem que a política entende, não é o nosso discurso sobre a qualidade do processo. Para termos qualidade, vamos precisar lutar por milhões. Acho que vamos ter que disputar, de fato, os recursos, e denunciar. Eu pergunto: quais são as políticas do Estado? Porque tudo o que estamos falando aqui diz respeito à política do Governo Federal. A política do Estado é basicamente a 'ausência dos milhões'. Quantos milhões o Estado está investindo na cultura? Nós sabemos quanto o Governo Federal investe, mas e o Governo do Estado...? Quanto está sendo investido nos municípios? Recentemente eu fiz essa provocação no meu município. Eu sou de Dourados. Há uma falta de incentivo no município. O Movimento de Cultura tem participado. E eu acompanho também aqui em Campo Grande. Bom, já temos aqui um monte de sugestões e de demandas. Vou ler alguns outros encaminhamentos que nos foram apresentados e passar para a Mesa depois. "Adriana, do Mulherio das Letras. Ações para incentivo à leitura. 'Quantos por cento do fomento serão destinados às ações de incentivo à leitura?'". Não temos a resposta. Mas

estou entendendo que a pergunta é, na verdade, uma proposta. "Diego Mansiba, presidente da Associação do Reggae de Mato Grosso do Sul. 'Sugiro linhas de fomento específicas para a celebração e eventos ligados a leis já instituídas, como o Dia do Reggae, que criamos no ano passado. Isso garantiria que a programação cultural, a formação artística e a difusão musical não fiquem restritas a datas simbólicas'"... "Amarilha da Silva, artista, dançarina e professora do Colegiado Setorial de Dança do IFB, de Itaguatinga. 'Proponho um pacto federativo para garantir melhor distribuição dos recursos; cumprimento dos prazos e a resolução de problemas para evitar a devolução de verbas; maior interiorização dos debates e a exigência de que os governos estaduais e municipais estejam regulares com o Plano Nacional de Cultura'"... "Edna Gutierrez. 'Sugiro que os proponentes considerem nas ações a acessibilidade obrigatória para além das modalidades atitudinais; que considerem a acessibilidade metodológica, ou seja, que permita que as Pessoas com Deficiência possam protagonizar as ações culturais e, assim, alcançar a tão sonhada acessibilidade cultural'"... "Isabelle Souza, cantora-compositora da IS Produções Artísticas. 'Proponho ações interdisciplinares e multiculturais com educação, justiça e assistência; estrutura física e financeira para espaços públicos existentes que atuam no ensino de artes e cultura; ações em arte-cultura, feiras públicas, ações interdisciplinares, arte, educação, justiça e estrutura para cursos aplicados nos espaços municipais; ações de intercâmbio cultural por meio da troca de experiência em música, composição, carreira artística e projeção de carreira; ações que fomentem o aporte de crédito financeiro de bancos para microcréditos para artistas independentes'". Proposta interessante... "Demétrius. 'Como foi falado sobre a falta de estratégia na gestão da FCMS, a Fundação de Cultura, minha sugestão é que a classe artística também pense no uso estratégico do Plano Nacional. Entre várias sugestões, aponto a necessidade de editais de música para o apoio de pequenos eventos e editais para capacitação em termos de planejamento e gestão de carreira artística'"... "Anderson Alvarenga, presidente da Associação Cultural dos Violeiros. 'Faço uma advertência: o sertanejo-raiz vem sendo confundido com o sertanejo comercial. Precisamos de mais apoio e recurso para representar e fortalecer a nossa verdadeira tradição. 'Não confunda'"... "Zeca de Souza, produtor e professor. 'Que 20% das vagas gerais sejam destinadas às culturas *hip-hop, ballroom, sound system, skateboarding, artsy-grag* e cultura *flashback*, danças urbanas'"... "Gabriela Dias, cineasta e jornalista. 'Sugiro uma divulgação maior para que a sociedade civil participe mais'. Para a PNAB, com base na Instrução Normativa nº 10, proponho: 'Implementar cotas para artistas negros, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outras, para uma melhor avaliação e pluralidade dos projetos'. 'Manter a pontuação extra, mas estabelecer um fluxo de fiscalização e monitoramento dos projetos aprovados, a fim de evitar que profissionais e empresas violem as políticas. Por exemplo, um proponente pode trocar um profissional do projeto, mas, se este for responsável pela pontuação extra, deve ser substituído por alguém que também se enquadre na cota, garantindo a boa aplicação da regra'. 'Por fim, sugiro que a Banca de Heteroidentificação seja formada majoritariamente por pessoas racializadas'. 'Uma banca

fiscalizadora para denúncias e resolução de problemas, a fim de que se possa recorrer em casos de mau uso dos recursos". Muito bom! As propostas apresentadas são excelentes e nos trazem alertas e situações que precisam ser consideradas. Chegando ao final do nosso tempo, quero passar a palavra para a Mesa. Faremos uma rodada de falas de dois a três minutos, começando pela Aurora. Pode ser?

SENHORA AURORA CECÍLIA MARTIM DA SILVA (conselheira estadual de Cultura de MS) — Pessoal, eu serei bem rápida. Concordo com tudo o que a Lucimar disse. Se ela é a chatinha, eu sou a *chatona*; e ela sabe quando estamos lá brigando. Quero reforçar a fala da Afrodite, da Jéssica, da Lívia e dos meninos do circo. Não concordei com aquele edital, até porque eu não estava na época. Bem, a primeira coisa que eu quero dizer, bem rapidamente, é que sou uma mulher branca, apesar de ser trans, sou branca, e reconheço todas as ações afirmativas. Fico muito feliz quando uma pessoa preta ou indígena fica na minha frente, porque sei que ela teve a oportunidade. Sem ir muito longe, participei de cinco editais como proponente, e levei três. Ser branca me proporcionou muitas coisas que não foram proporcionadas às pessoas racializadas e indígenas. Então, esse diálogo de que "tem que tirar para mim". Se depender de mim, vai ser vinte pontos. É isso... Não depende de mim, mas, se dependesse, seria isso. Recentemente, eu fiquei sabendo que fui denunciada na Fundação de Cultura por causa de um projeto, porque eu disse que tinha quinze anos de trajetória. Na verdade eu tenho mais. Acontece que, para você denunciar, você tem que provar. E eu dei todas as informações necessárias, e agora está tudo certo. Mas precisamos entender que os corpos travestis, os corpos trans, vão sofrer violência a todo momento. Se tivesse sido um homem branco, teriam dito: "Parabéns! Ele é um prodígio!". Mas, como foi uma travesti, disseram: "Ela está mentindo. Travesti rouba." Eu quero deixar claro que, em um trecho da denúncia, para vocês terem ideia, dizia: "A Aurora é muito nova". Isso é incomum. Quando a gente começa a ser da cultura LGBT? Quando a gente começa a ser LGBT de verdade? É quando a gente é mandado embora de casa? É quando a gente apanha do pai? Quando a minha cultura será validada? Na rua? Quando tenho meus direitos violados? Quando a gente começa na cultura LGBT? Na verdade, eu tenho vinte e seis anos de idade e tenho vinte e seis anos de cultura LGBT, porque a gente nasce LGBT. Eu precisei sofrer essa violência para entender que, além de mim, outras pessoas também vão sofrer. Eu, uma pessoa branca, em um lugar privilegiado, porque sou servidora pública federal, fico pensando: imaginem para quem não é. Imaginem aquelas manas trans que estão ali não por opção, ou, se for por opção, na prostituição ou tentando ganhar seu pão, e está sendo difícil. E uma coisa que ouvi e que me deixou muito entristecida, quando saiu o resultado do edital de cultura popular, foi que estávamos invadindo as vagas da cultura tradicional. Como a gente invade uma coisa que nunca nos foi dada? Eu não coloquei uma arma na cabeça deles e disse: vocês vão me passar! Foi um processo. Eu preciso conscientizar vocês sobre a importância de termos ações afirmativas. Vou lutar por isso todos os dias da minha vida, não por mim, mas por todas e todos, por outros. É bem difícil estarmos lá. Acho que a Lucimar sofre; mas, para mim, é

inimaginável o que sofro para chegar lá. E eu não me senti fragilizada. No meu município, a minha credibilidade só cresceu. Sei quem sou, sei onde estou, sei para onde vou, e ninguém vai dizer se eu tenho ou não trajetória. Então, para todo mundo que um dia se sentiu violado institucionalmente, meu abraço. E estou feliz. Ano que vem, gente, coloquem-me no Conselho de novo. Já estou fazendo propaganda, porque vou brigar ainda mais. Está bom? Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Por mais mulheres trans empoderadas! Agora, com a palavra, o Israel Aparecido.

SENHOR ISRAEL APARECIDO DA SILVA JUNIOR ZAYED (representante do Colegiado Estadual de Artes Visuais) — Novamente, quero agradecer à deputada pela proposição desta audiência pública e falar também das artes visuais, que não estão 'sentadinhas' ali. Bom, eu estou como conselheiro pelas artes visuais. Quero usar este momento para trazer as nossas demandas. Eu moro no interior também, sou professor em Três Lagoas, que é outra fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul. Nós sabemos o papel que a arte tem na escola. O fato de eu estar no interior, não quer dizer que me desconectei da minha formação aqui na Capital, pois venho da educação de jovens e adultos. Eu precisei sair para seguir outro rumo na minha vida, e quando tive a oportunidade de voltar aos estudos, fui fazer o que sempre fiz na vida toda: arte. Nesse sentido, é importante falar sobre o nosso espaço. Precisamos ocupar os aparelhos culturais, revitalizar os aparelhos das artes aqui no estado. É uma tristeza ver o Marco fechado. Além disso, precisamos, sim, de circulação, de formação, de outras possibilidades de acesso, e também de ampliação das linguagens nos editais para as artes visuais. Já foi comentado aqui sobre a territorialização desses editais. Somos setenta e nove municípios, e cada um tem sua especificidade, seu conjunto de linguagens, suas lutas territoriais. Mas eu acho que essa política vem e precisa ser garantida nos setenta e nove municípios. Outra coisa: a arte e a sala de aula não são dissociadas. Nesse sentido, ela é também um aparelho de cultura. E é importante que as ações voltadas para o fomento ocorram, também, dentro das escolas. É importante pensarmos esse papel não só na educação formal, mas também na informal. É importante também pensar no acervo que temos em Mato Grosso do Sul para chegarmos às escolas, aos professores da educação básica, em todos os níveis de ensino. Além disso, precisamos retomar nosso Salão de Arte de Mato Grosso do Sul e investir mais em pesquisa, em bolsa, em residência artística, em circulação e em fruição. Como conselheiro, estou no meu segundo mandato, e gostaria que vocês não perdessem a garra, o brio e a esperança de construirmos juntos, porque não é fácil. Sem a fala das diferentes formas aqui, não conseguimos demonstrar a pluralidade que temos de pensamentos, de culturas e de convivência em Mato Grosso do Sul. Quero convidar a Setesc e a Fundação de Cultura para construir conosco, conselheiros eleitos pelos representantes culturais de Mato Grosso do Sul, para darmos encaminhamento ao PAAR ainda neste segundo ciclo. Que isso não seja uma promessa futura, mas que se realize conosco aqui no presente. Obrigado a quem nos

assiste. Que tenhamos todos uma semana positiva para as artes! Que a gente siga lutando! Estamos juntos.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Obrigada, Israel. Com a palavra, a Caroline Garcia.

SENHORA CAROLINE GARCIA (coordenadora do Escritório do Ministério da Cultura de MS) — Eu estou feliz e satisfeita com esta audiência. Venho trazer só alguns pontos para fechar e lhes dar uma devolutiva a respeito de algumas questões. Com relação ao cadastro, que foi falado aqui, essa é uma reivindicação antiga do Fórum, e consta também no Sistema Estadual de Cultura essa estratégia de fazer um mapeamento, um sistema de informações sobre os artistas. Precisamos disso. Isso pode agilizar também os processos seletivos, os processos da lei. Outra questão. O Governo do Estado não precisa esperar 2027, como está na lei, para começar a cumprir a regra da proporcionalidade de investimentos na cultura. Isso pode e deve começar desde já. Os conselheiros e a classe cultural como um todo precisam estar atentos: quando se faz esse cálculo do investimento em cultura, é preciso distinguir o que é *fomento*; pois os municípios, as prefeituras e o Estado costumam apresentar dados até compatíveis, que mostrando investimentos, mas a maior parte desse orçamento fica para estrutura, pessoal e outras despesas. Portanto, precisamos separar o que é fomento para a produção cultural, preservação, memória e todas as áreas. Outro ponto importante é que, dentro da Lei Aldir Blanc, 5% do orçamento é destinado à operacionalização. Ou seja, quase um milhão de reais por ano para isso. Esse valor pode ser utilizado para pareceristas, para busca ativa — que é uma prerrogativa da lei —, para que a entidade vá até as comunidades, ofereça suporte técnico para a realização das inscrições, atividades formativas, materiais em linguagem simples, que atendam a diversas necessidades; para as pessoas com deficiência, para as que falam outras línguas, para migrantes, ou para pessoas com questões de alfabetização, que são os nossos 'mestres dos saberes', que precisamos valorizar, preservar e mostrar para o mundo; e garantir materiais acessíveis. Outro aspecto é que esta lei garante 20% de todo o orçamento para comunidades periféricas, urbanas e rurais, além de culturas tradicionais e populares. Esse ponto deve ser observado, assim como a forma de distribuição desses 20%. Por último, é, sim, papel da Assembleia Legislativa e das câmaras de vereadores, por meio de suas comissões de cultura, realizar audiências públicas sobre a PNAB. Audiência pública é própria do Legislativo. Sendo assim, a Fundação de Cultura e o Governo do Estado também podem compor com a Comissão de Cultura no sentido de que ela assuma esse papel, inclusive com maior imparcialidade nos próximos processos, assim como os municípios, com suas comissões de cultura. E, claro, podem também fazer as escutas pelo interior afora, mas lembrando que o Conselho deve participar e deliberar em todas as etapas do processo, inclusive no que tange às próprias escutas. Quero também deixar registrado que foi dito que esta escuta não seria utilizada, que esta audiência pública não seria utilizada como subsídio para a construção do PAR - Plano de Ação. O PAR pode e deve ser revisado. É muito

importante que o Conselho Estadual de Políticas Culturais de Mato Grosso do Sul tenha esse momento para analisar o PAR e este material, que foi levantado a partir das falas, para que possa deliberar sobre ele. Ainda que o prazo seja 31 de agosto, a deputada e sua equipe estão fazendo todo o esforço para que tenhamos uma ata ágil deste processo aqui. Então, é muito importante que esta audiência pública seja considerada, e é possível, dentro da lei, que isso aconteça. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Muito obrigado, Carol. Agora, com a palavra, a Ângela.

SENHORA ÂNGELA MONTALVÃO (coordenadora do Fórum Estadual de Cultura de MS) — Quero apenas deixar registrado que nós recebemos documentos do Colegiado Setorial de Teatro, que, infelizmente, não conseguiu enviar um representante aqui para fazer uso da palavra. Esse documento será acrescentado junto aos demais setoriais e também se juntará à movimentação dos blocos de carnaval de rua que solicitaram, junto ao Fórum, a criação do Colegiado Setorial Estadual de Carnaval de Rua. Isso, tendo em vista que essa demanda específica está sendo, para falar às claras, negociada por fora do Sistema Estadual de Cultura. Ou seja, sem representação de conselho, sem representação de colegiado, e de forma muito privada. Isso não é interessante porque não garante uma política pública permanente para o carnaval, mas apenas um acordo para quem tem interesse no momento. E aí, Gleice, eu gostaria de sugerir e pedir a esta Casa que se reporte não apenas à Setesc, mas diretamente ao governador, que é o responsável por todas as pastas. O intuito é cobrar respostas e formalizar denúncias a respeito do porquê a Cultura não está respeitando os marcos regulatórios e suas representações já instituídas. Ou seja, porque a pasta da Cultura não está respeitando o Fórum e o Conselho Estadual de Cultura. Esta não é a fala de uma coordenadora, mas do Fórum inteiro. Esta não é a fala de um conselheiro, mas sim de todos os conselheiros indicados pela sociedade civil. E que esta Casa cobre, junto conosco, essa postura, essa resposta e essa reparação. Além disso, denuncio que pessoas físicas que estão à frente, seja de representação de colegiados de fora ou de conselho, que se colocam em embate ou que discordam desta gestão, estão sofrendo, e não é de hoje, retaliações profissionais e pessoais, sobretudo quando se trata de uma mulher. Precisamos de devidas reparações e justificativas para que isso não aconteça. Nós estamos a serviço da sociedade. Achei fantástica a proposição do vereador de Dourados, porque, sim, precisamos de amparo jurídico. Sofremos retaliações não apenas por estarmos neste papel de representação, que é rotativo, como deve ser, mas carregamos isso por anos. Somos prejudicados profissionalmente com retaliações e também no âmbito pessoal a longo prazo, simplesmente por fazer valer o Sistema Estadual de Cultura, simplesmente por fazer valer a voz coletiva. Sobre o PAR e a consideração ou não desta audiência, é importante frisar que circulou, ainda que informalmente, a informação de que o PAR já havia sido enviado, e, depois, que não tinha sido. Então, gostaria que esta Casa, junto ao Fórum, exigisse —

não é um convite, como o nosso conselheiro aqui, que é um pouco mais diplomático, disse, mas sim uma exigência —, porque, quando o ente federativo adere à política nacional, ele se compromete a fortalecer ou instituir o sistema de cultura. No nosso caso, já está instituído, muito bem instituído, como se disse, é um dos fóruns mais antigos de todo o Brasil. Então, ele se compromete a fortalecer. E para o envio do PAR, ele precisa assinalar, falando tecnicamente, que isso passou pelo conselho. Se o PAR já foi enviado e se eles colocaram lá que passou pelo conselho, essa é uma informação inverídica. Então, o Fórum e os conselheiros, com o apoio desta Casa e também do Escritório do Ministério da Cultura, que está aqui representado pela Carol, vamos denunciar isso. Eles vão precisar explicar: "passou como?". E, se ainda não foi enviado, que seja feita a inclusão dessas demandas setoriais que não foram ouvidas e que não foram atendidas nas escutas que eles fizeram sem convite para a sociedade civil, sem a participação da sociedade civil, e que passe formalmente e seja aprovada pelo conselho. E, ainda, no caso do PAAR já ter sido enviado, a nossa denúncia é que não passou. É uma informação inverídica, e ainda há tempo, até 31 de agosto, para pedirmos a revisão. Ou seja, não há justificativa, seja legal, seja moral, ou a que for, para que as demandas setoriais, aqui retiradas desta assembleia com muito esforço da sociedade civil — o que deveria ser papel do Estado —, não sejam incluídas. Elas precisam ser incluídas. E só para completar, esse desmantelamento da cultura, essa necessidade de enfraquecer o sistema, de passar por cima do fórum e dos colegiados, passar por cima de toda uma construção coletiva. Embora isso esteja evidente agora, não é a primeira vez... Já tentaram nos matar, já tentaram nos calar, e a cultura sempre renasce. Eu vou usar minha base, eu venho do teatro, e para aprender a fazer teatro, é preciso aprender a nascer e a morrer, e na próxima vez que você nascer, você nasce mais forte. É assim que se faz cada espetáculo. Então, podem tentar destituir o Sistema Estadual de Cultura, podem nos agredir, nos provocar, perseguir, fazer retaliações, mas não vamos desistir. E não é porque estamos aqui, mas porque, antes de nós, muitas e muitos outros estiveram, e cabe a nós honrar esse espaço já conquistado. Não vamos abrir mão tão facilmente. Por isso, pedimos o apoio desta Casa na cobrança dessas atitudes, dessas efetivações. E agradecemos. Apesar de todo o cansaço, apesar de toda a desesperança que atinge todo trabalhador e trabalhadora da cultura, há resistência. E é por ela que nos colocamos no front, na luta. Parabéns pela audiência, deputada Gleice Jane. Agradeço a participação da deputada federal Camila Jara. Vamos para cima!

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente e vice-presidente da CECD) — Obrigada, Ângela. Bom, já encaminhando para o final, quero colocar aqui outro desafio para nós, que foi apresentado e que eu também recebi pelas redes sociais, sobre: como trazer o interior para dentro deste debate. Vou deixar essa problemática com vocês, porque no nosso mandato, trabalhamos sempre coletivamente, ouvindo a todos, e também dividimos as tarefas. Então, eu vou deixar esta tarefa para pensarmos como um desafio: ouvir todo o interior. Ouvimos aqui hoje Coxim, Dourados, Três Lagoas, Jardim. Ainda é muito pouco. Precisamos ouvir vários outros municípios, já que não estamos conseguindo, de fato, saber

o que está acontecendo nesses espaços. E, mesmo que tenhamos ouvido alguns municípios, faltaram aqui as comunidades quilombolas, os ribeirinhos, os ciganos e a compreensão da diversidade cultural indígena. Temos uma diversidade cultural muito grande neste estado, e precisamos criar mecanismos de escuta de todos. Mas precisamos pensar coletivamente em como fazer isso. Houve uma reivindicação muito, muito dura por parte das pessoas da cultura em relação a esta audiência pública. Eu considero louvável essas cobranças, porque é a partir delas que, de fato, avançamos. Quero também justificar a ausência da deputada Camila Jara, que se retirou, pois tinha outra agenda agora, também muito importante, inclusive em torno das pautas que foram apresentadas aqui. É uma proposta que temos apresentado há algum tempo, inclusive com a emenda dela, para a criação de uma casa de abrigo para pessoas LGBTQIAPN+ que são colocadas nas ruas e precisam de um local para se abrigar. Temos lutado por esse processo. Mas surgiu uma reunião à tarde, então ela se retirou e pediu para deixar essa justificativa. Ela saiu para continuar lutando, para continuar trabalhando. Então, é isso, gente. Quero agradecer a presença de cada pessoa que esteve aqui até agora, resistente. Mesmo fora do acordo, conseguimos dar conta de falar, e todos puderam participar das falas, e isso é muito importante. Essa era a nossa preocupação: que todos pudessem colocar suas ideias e suas dificuldades. Eu acho que vencemos mais uma etapa. Eu continuo a colocar o mandato à disposição. Entendemos que este mandato é o das lutas, da cultura, da educação, e de quem menos é ouvido. Temos feito este trabalho de ir aos territórios onde menos se percebe a presença da política pública para dar ouvidos e voz às pessoas que mais precisam. Obrigada por confiarem em nós, por me confiarem a responsabilidade de fazer esta audiência pública. Contem conosco! Continuamos nesta luta junto com vocês. Muito obrigada. Bom descanso! Até a próxima! Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente audiência pública (17h18min).